

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023

(Processo Administrativo n.º19615.720218/2023-89)

Torna-se público que a SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 4ª REGIÃO FISCAL, por meio da DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA, sediada na Avenida Alfredo Lisboa, nº 1152, 2º Andar, Bairro do Recife Antigo, CEP 50.030-904, Recife (PE), realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 25/07/2023

Horário: 09:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço por item

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço continuado de destinação final de cigarros e bebidas alcoólicas apreendidos, cujo escopo dos serviços engloba a classificação, acondicionamento, carregamento, transporte, descarregamento, destruição e a adequada destinação dos resíduos resultantes, observadas todas as normas técnicas emitidas pelos órgãos competentes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.1.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

- 4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - 4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
 - 4.2.8 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
 - b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 4.6.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - 4.6.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
 - 4.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 4.6.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - 4.6.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.6.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.6.6 que a proposta foi elaborada de forma independente;
 - 4.6.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou

indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 3,00 (três reais).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:
- 7.26.1 por empresas brasileiras;
 - 7.26.2 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;.

8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- 8.4.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.5. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.7.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata
- 8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.8.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
- 8.8.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 8.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.10. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

- 8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.14. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.
- 8.15. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

9 DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. **Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. **Qualificação Técnica:**

9.11.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.11.1.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho Regional de Química, ou em outro Conselho Profissional que fiscalize a atividade objeto da licitação, no Estado em que a licitante tenha a sua sede, em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação, na qual conste responsável técnico.

9.11.1.1.1. Declaração indicando Responsável Técnico com registro ou inscrição na entidade Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho Regional de Química, ou em outro Conselho Profissional que fiscalize a atividade objeto da licitação, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação, na qual fique claramente demonstrado o vínculo entre o Responsável e a licitante, vínculo este em plena validade por ocasião da Habilitação.

i. O profissional Responsável Técnico deverá demonstrar que possui formação técnica ou superior, observado que quando o Plano de

Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS for elaborado e implementado por um profissional vinculado ao CREA, deverá recolher ART, por determinação da legislação federal.

- ii. Entende-se como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.
- iii. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.11.1.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

- i. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.1.2.2. Será considerado como compatível a comprovação de execução de serviços de destinação final para cada item do qual seja vencedor, de no mínimo, tendo como referência o peso (quilograma), de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado para 12 meses, ou seja, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços.

9.11.1.2.3. Serão também aceitos atestados que apresentarem unidade de medida em tonelada (t) ou metro cúbico (m³). Na hipótese de o atestado mencionar apenas a unidade metro cúbico, considerar-se-á, apenas para fins desta comprovação, que 1 m³ = 1.000 kg.

9.11.1.2.4. Fica esclarecido que não será exigida a discriminação dos tipos de resíduos para fins do(s) atestado(s) a ser(em) apresentado(s), podendo os licitantes apresentarem tantos atestados quantos entenderem necessários para a comprovação da capacidade técnico-operacional exigida neste subitem.

9.11.1.2.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

- 9.11.1.2.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 9.11.1.2.7. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.11.1.2.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.11.1.3. Licença de Operação, expedida pelo órgão de licenciamento ambiental do Estado onde ocorrerá a execução dos serviços. Será aceita licença emitida por órgão de controle ambiental de outro Estado desde que haja consulta prévia ao órgão de licenciamento do Estado onde ocorrerá a execução dos serviços sobre a necessidade de retirada de autorização específica para o transporte, uma vez que o serviço será de caráter temporário dentro do Estado.
- 9.11.1.3.1. Caso a empresa vencedora realize a subcontratação para o transporte, será aceita Licença de Operação apresentada em nome da empresa subcontratada.
- 9.11.1.4. Licenciamento ambiental do empreendimento de aterro sanitário para onde serão enviados os resíduos.
- 9.11.1.5. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria, conforme modelo anexo ao edital.
- 9.11.1.5.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 9.11.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.;
- 9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de duas horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

- 10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este Edital;
- 10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

16 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

16.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

16.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

16.4 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.4.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.4.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.5 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20 DO PAGAMENTO

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 21.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 21.1.3 apresentar documentação falsa;
- 21.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.6 não manter a proposta;
- 21.1.7 cometer fraude fiscal;
- 21.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

21.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 21.4.2 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.4.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.
- 21.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 21.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.13 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 22.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 22.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 22.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 22.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 23.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail dipol04.licitacao@rfb.gov.br.
- 23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 23.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 23.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 23.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 23.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

24.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.12.1 ANEXO I - Termo de Referência (TR);

24.12.1.1 Apêndice do TR – Estudo Técnico Preliminar (ETP)

24.12.1.1.1 Anexo I do ETP – Planilha de Itens

24.12.1.1.2 Anexo II do ETP – Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

24.12.1.1.3 Anexo III do ETP – Minuta de Ordem de Serviço

24.12.1.1.4 Anexo IV do ETP – Modelo de Certificado de Destinação Final (CDF)

24.12.1.1.5 Anexo V do ETP – Portaria RFB nº 200/2022

24.12.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

24.12.3 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

24.12.4 Anexo IV – Declaração de Vistoria ou Renúncia

25. DA ASSINATURA

25.1 Cumpridos os requisitos da legislação de regência, em especial o art. 9º, inc. IX da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 265 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 28/07/2020, propomos apreciação, assinatura e encaminhamento para aprovação do presente Edital de Licitação à chefe da Dipol04.

Assinado e datado digitalmente
Érica Tatiana Barbosa Lima
Pregoeira

Assinado e datado digitalmente
Elton Kleber da Silva
Chefe do SELIC04

26 DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO

26.1 Nos termos do art. 366, II do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, combinado com o art. 165, inc. VIII do respectivo regimento, PROPONHO Aprovação do Presente Documento.

Assinado e datado digitalmente
Dreyfus Diogenes de Lima
Chefe da DIPOL 04

27 APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO

27.1 Ante o Exposto, em conformidade com o disposto no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, bem como nos termos art. 364, §1º, III, do Regimento Interno, **APROVO** o presente **Edital** de licitação conforme proposto.

Assinado e datado digitalmente
Mariana Conceição Gomes de Oliveira Valença
Superintendente Adjunta da RFB na 4ª Região Fiscal

PUBLIQUE-SE NAS FORMAS LEGAIS CABÍVEIS E ENCAMINHE-SE À DIPOL04.

TERMO DE REFERÊNCIA

(Prestação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão-de-obra)

Superintendência Regional da Receita Federal da 4ª Região Fiscal

PREGÃO Nº/20...

(Processo Administrativo n.º 19615.720218/2023-89)

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço continuado de destinação final de cigarros e bebidas alcoólicas apreendidos, cujo escopo dos serviços engloba a classificação, acondicionamento, carregamento, transporte, descarregamento, destruição e a adequada destinação dos resíduos resultantes, observadas todas as normas técnicas emitidas pelos órgãos competentes.
- 1.2. Nesse serviço devem estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Descrição	Unidade	Qtde estimada (anual)	Preços de Referência	
				Unitário	Total (anual)
1	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. Descrição detalhada: serviços continuados de destinação final de cigarros (DRF/JPA) – UASG 170052 – Órgão Participante	Kg/ano	85.000	3,21	272.850,00
2	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. Descrição detalhada: serviço continuado de destinação final de bebidas alcoólicas apreendidas (DRF/JPA) - UASG 170052 – Órgão Participante	Litros/ano	110	3,27	359,70
3	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. Descrição detalhada: serviço continuado de destinação final de cigarros apreendidos (ALF/REC) – UASG 170058 (Órgão Gerenciador)	Kg/ano	250.000	3,10	775.000,00
4	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. Descrição detalhada: serviço continuado de destinação final de bebidas alcoólicas apreendidas (ALF/REC) - UASG 170058 (Órgão Gerenciador)	Kg/ano	100.000	3,16	316.000,00
Estimativas do valor da contratação – Total					1.364.209,70

- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum.

- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução de Preço Unitário.
- 1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
 - 5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
 - 5.1.2.. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:
 - 5.1.2.1. Conforme art. 85 da Portaria RFB nº 200/2022, a destruição ou inutilização deverá ser efetuada por meio de procedimento que descaracterize as mercadorias apreendidas, tornando-as impróprias para os fins a que se destinavam originalmente ou retirando a sua atratividade comercial.
 - 5.1.2.2. Caberá ao contratado a classificação, acondicionamento, embalagem, carregamento, transporte, descarregamento, descaracterização, inutilização, destruição das mercadorias, bem como a destinação final dos resíduos resultantes desses procedimentos em instalações de sua propriedade ou de terceiros, atendendo a todas as exigências legais cabíveis para o setor, como licenças ambientais e de operação, e ainda a manutenção da regularidade e validade da documentação a que estiver obrigado a cumprir referente também a suas instalações, máquinas, equipamentos e segurança.
 - 5.1.2.3. Dar acesso total a qualquer fase da destruição em questão aos membros da Comissão de Destruição designados para acompanhar os procedimentos.

5.1.2.4. Observar, no que couber, a Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022 (anexo V do ETP), que “Dispõe sobre a administração e a destinação de mercadorias apreendidas”, em especial o Capítulo IV (DA DESTRUIÇÃO OU INUTILIZAÇÃO) do Título III (DA DESTINAÇÃO).

5.1.3. Duração inicial do contrato: 12 (doze) meses.

5.1.4. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: NÃO há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico desta contratação, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo.

5.1.5. Quadro com soluções de mercado: conforme pormenorizado em tópico específico do ETP.

5.1.6. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, conforme subitens abaixo:

7.1.1. Para os Itens 1 e 2:

7.1.1.1. Dias previstos: segunda-feira a sexta-feira;

7.1.1.2. Horário Previsto: 08:30 às 11:30 e 14:30 às 16:00;

7.1.1.3. Servidor designado para acompanhamento: Alessandro Helder Kamimura Polo;

7.1.1.4. Contato para agendamento: (83) 3216-4456

7.1.2. Para os Itens 3 e 4:

7.1.2.1. Dias previstos: segunda-feira a sexta-feira;

7.1.2.2. Horário Previsto: 08:00 às 17:00;

7.1.2.3. Servidor designado para acompanhamento: Henrique Ferreira de Souza;

7.1.2.4. Contato para agendamento: (81) 3266-0588.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

- 7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.2. DA CLASSIFICAÇÃO:

- 8.2.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA a classificação do material a ser aterrado;
- 8.2.2. Tal classificação deverá ser feita no local onde o material estiver depositado, conforme indicado pela Contratante;
- 8.2.3. A Administração deverá comunicar à CONTRATADA, por qualquer meio, o horário e o local em que deverão ser feitas as atividades de classificação, com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência;
- 8.2.4. O(s) funcionário(s) da CONTRATADA responsável(eis) pela classificação deverá(ão), obrigatoriamente, comparecer no horário e local determinados pela Contratante, salvo se houver motivo que justifique o não comparecimento aceito expressamente pela Administração;
- 8.2.5. A classificação deverá ser formalizada em documento próprio, que deverá ser entregue ao responsável pelas destruições da unidade, do qual deve constar, no mínimo:
- a) O nome científico e/ou popular, dependendo do caso, do produto a ser aterrado;
 - b) O número do processo administrativo a que tal produto se referir;
 - c) A especificação da quantidade estimada (em kg) para cada processo;
 - d) A data e o horário do início e do término da atividade de classificação;
 - e) A assinatura do responsável técnico pelas atividades de classificação;
 - f) A assinatura do servidor responsável pelas destruições da Unidade demandante;
- 8.2.6. Quaisquer responsabilidades que advierem da classificação inadequada de algum material serão imputadas à CONTRATADA.

8.3. DO ACONDICIONAMENTO

- 8.3.1. Sempre que necessário, ou seja, sempre que a carga não se encontre, quando armazenada, acondicionada de maneira ideal para a realização do transporte, a CONTRATADA deverá providenciar a embalagem adequada para o transporte;
- 8.3.2. Considera-se embalagem adequada para o transporte aquela que minimize os riscos de contaminação e maximize a rapidez do transporte;
- 8.3.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar quaisquer materiais (sacos plásticos, caixas de papelão, pallets, etiquetas, etc) necessários para o acondicionamento, bem como quaisquer equipamentos de proteção individual a serem utilizados pela mão de obra;
- 8.3.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar toda a mão de obra necessária para a realização do acondicionamento;
- 8.3.5. Quaisquer responsabilidades que advierem do acondicionamento inadequado de algum material serão imputadas à CONTRATADA.

8.4. DO CARREGAMENTO E DO TRANSPORTE

- 8.4.1. Será da responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização de transporte adequado, bem como de mão de obra para carregamento/descarregamento e de quaisquer equipamentos de proteção individual a serem utilizados pela mão de obra;
- 8.4.2. A quantidade de mercadoria a ser carregada/transportada/descarregada não deve exceder o limite de capacidade de destruição diária da empresa CONTRATADA, de forma que toda a mercadoria transportada seja inutilizada no mesmo dia;
- 8.4.3. Em nenhum caso será permitido o depósito de mercadoria apreendida transportada e não destruída em local diverso do depósito de origem da Unidade demandante;
- 8.4.4. O veículo a ser utilizado para o transporte, assim como a mão de obra necessária para a condução e para o carregamento do veículo, deverá, obrigatoriamente, comparecer no horário e local determinados pela unidade responsável pela destruição, salvo se houver motivo que justifique o não comparecimento aceito expressamente pela Administração;
- 8.4.5. O condutor do veículo, assim como os funcionários responsáveis pelo seu carregamento, deve estar devidamente uniformizados e deve portar crachá de identificação, onde se possam ler o nome da empresa CONTRATADA, o nome do funcionário e sua função;
- 8.4.6. O condutor do veículo deverá portar todos documentos exigidos pela legislação, sempre dentro do seu devido prazo de validade, como o documento do veículo, a carteira nacional de habilitação e o conhecimento de carga;
- 8.4.7. Quaisquer responsabilidades que advierem do carregamento ou transporte inadequado de algum material serão imputadas à CONTRATADA;
- 8.4.8. Após a chegada ao local de destruição, a CONTRATADA prossegue como responsável pela movimentação da carga naquele local e seu transporte até a destruição, sendo responsável por toda a mão de obra e equipamentos alocados para esse fim;
- 8.4.9. A CONTRATADA é responsável por prover local de destruição delimitado com acesso franqueado somente aos trabalhadores diretamente envolvidos na atividade e aos servidores designados pela CONTRATANTE (o local não poderá ser utilizado para trânsito de veículos ou pedestres que não estejam envolvidos na destruição);
- 8.4.10. No local deverá existir área destinada ao descarregamento dos materiais a serem destruídos de forma que seu manuseio/transporte até o dispositivo de destruição (caldeira, triturador, esmagador, etc) se dê sem a necessidade de acondicionamento dos materiais em outro veículo de transporte (importa dizer que o local de descarregamento deve ser próximo ao dispositivo de destruição);

8.5. DA PESAGEM

- 8.5.1. O material a ser destruído deve ser pesado na presença de servidor ou Comissão da Receita Federal responsável pelo acompanhamento da carga;
- 8.5.2. O relatório de pesagem deverá ser atestado pelo servidor da Unidade Contratante responsável pela destruição e servirá de base para o pagamento do serviço realizado;
- 8.5.3. Para efeitos de pagamento, o peso considerado será o bruto da carga na entrada do estabelecimento contratado, antes da destruição, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a pesagem em lugar e em equipamento devidamente aferidos por órgão estatal regulador.

8.6. DA DESTRUIÇÃO

- 8.6.1. Os cigarros e as bebidas alcoólicas deverão ser destruídos e inutilizados por meio de processo que assegure que sejam totalmente descaracterizados, de modo que seus resíduos sejam não reconstituíveis e não reutilizáveis para o fim a que serviam originalmente, mediante acompanhamento e fiscalização da Comissão de Destruição de Mercadorias Apreendidas da Unidade demandante.
- 8.6.2. A destruição e a inutilização referidas no item anterior deverão ser feitas em local disponibilizado ou previamente informado à CONTRATANTE e que seja seguro para o manuseio das mercadorias.

8.6.3.A CONTRATADA é responsável por providenciar e disponibilizar os equipamentos necessários à execução do serviço, tal como trituradora, moinho ou similar e tudo o que for pertinente para a correta prestação do serviço contratado.

8.6.4.Será de responsabilidade da CONTRATADA, dentro do que estiver disposto na legislação, as atividades acessórias do processo.

8.7. DA DESTINAÇÃO

8.7.1.A CONTRATADA ficará responsável pela correta destinação final dos resíduos resultantes da destruição, de acordo com as legislações ambientais municipal, estadual e federal pertinentes, comprovada através de certificação de destinação final do resíduo.

8.7.2.A gestão e o gerenciamento da destinação dos resíduos, na forma de despejo em aterros adequados à classificação do resíduo, deverão ser realizados segundo a legislação pertinente Federal, Estadual e Municipal.

8.8. **Observação:** Em todas as etapas, deverá haver a segregação dos materiais quanto ao tipo, procedência, ou demais elementos identificadores do material sob processo destrutivo. A qualquer momento deverá ser possível ao representante da Receita Federal localizar e identificar qualquer material ou objeto do processo destrutivo, mesmo quando situados fora das instalações da Receita (como armazéns, depósitos, transportes, etc.). Ou seja, deverá ser possível sempre efetuar a rastreabilidade do material em poder da Contratada. A não observância desses procedimentos sujeita a Contratada a penalidades, conforme descrito em item específico desse Termo de Referência.

8.9. O prazo de execução será conforme abaixo:

8.10. Para os Itens 1 e 2:

8.10.1. O local de destruição dos cigarros e bebidas alcoólicas apreendidos será determinado pela CONTRATADA, que poderá ocorrer em instalações de sua propriedade ou de terceiros, desde que atendidas todas as exigências legais cabíveis, como licenças ambientais e de operação, e ainda a manutenção da regularidade e validade da documentação a que estiver obrigado a cumprir referente também às instalações, máquinas, equipamentos e segurança;

8.10.2. A operação de destruição de cigarros e bebidas alcoólicas apreendidos deverá ocorrer necessariamente em 02 (dois) dias consecutivos, em horário de expediente normal da CONTRATANTE, sendo o primeiro dia utilizado para o carregamento do material e o segundo para o seu transporte e destruição;

8.10.3. Membros da Comissão de Destruição, nomeados pela CONTRATANTE, deverão acompanhar a execução do serviço, desde o carregamento do material até sua destinação final (destruição), atestando posteriormente a execução e conclusão do serviço;

8.10.3.1. Os trabalhos da Comissão de Destruição poderão ser auxiliados por outros servidores, efetivos ou terceirizados, como motoristas, carregadores, entre outros, sempre que se fizer necessário, a critério da CONTRATANTE;

8.10.4. A CONTRATADA será demandada por meio de Ordem de Serviço, encaminhada pelo Fiscal do Contrato através de e-mail institucional, a qual deverá conter as seguintes informações:

- a) Número do processo de contratação;
- b) Número do contrato;
- c) Identificação da CONTRATADA, com razão social e CNPJ;
- d) Volume estimado do material a ser destruído;

- e) Identificação e o endereço do local onde se encontra o material que será carregado e transportado para destruição; e
 - f) Alguma exigência que eventualmente se faça necessária, a ser cumprida pelos funcionários da CONTRATADA para entrada no local de guarda do material, como a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's) específicos, vestimenta adequada ou qualquer outra, se houver.
- 8.10.5. Recebida a Ordem de Serviço, a CONTRATADA terá até 05 (cinco) dias úteis para comunicar à CONTRATANTE formalmente por e-mail:
- a) As datas e respectivos horários em que serão realizadas as operações de carregamento, transporte e destruição do material;
 - b) A identificação e o endereço do estabelecimento onde será destruído o material; e
 - c) Alguma exigência que eventualmente se faça necessária, a ser cumprida pelos servidores da CONTRATANTE, para entrada ao local de destruição do material, como a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's) específicos, vestimenta adequada ou qualquer outra, se houver.
- 8.10.6. Os serviços deverão ser prestados até o 15º (décimo quinto) dia útil, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA;
- 8.10.6.1. Excepcionalmente, de comum acordo entre as partes e devidamente justificado no processo, a data definida pela CONTRATADA para a execução dos serviços poderá ser alterada, sem necessária obediência ao prazo estabelecido no item anterior.
- 8.10.7. Até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data de início da prestação dos serviços:
- a) A CONTRATADA informará por e-mail à CONTRATANTE os nomes dos funcionários (motoristas, carregadores, etc.) que participarão da operação, de modo que a CONTRATANTE possa providenciar a autorização da entrada dos mesmos no local de guarda do material; e
 - b) A CONTRATANTE informará por e-mail à CONTRATADA os nomes dos servidores (motoristas, membros da Comissão de Destruição, etc.) que acompanharão a prestação dos serviços de transporte e destruição do material, de modo que a CONTRATADA possa providenciar a autorização da entrada dos mesmos ao local de destruição do material, bem como o acompanhamento dos procedimentos realizados.
- 8.10.7.1. Os funcionários e servidores indicados acima deverão, durante a execução do serviço, portar documento de identificação pessoal com foto, para fins de comprovação.
- 8.10.8. Para efeito de recebimento e aceitação do objeto, entende-se como adimplemento da parcela, a classificação, acondicionamento, carregamento, transporte, descarregamento, destruição das mercadorias e a adequada destinação dos resíduos resultantes e entrega do Certificado de Destinação Final de Resíduos (anexo IV do ETP).
- 8.11. Para os itens 3 e 4:**
- 8.11.1. A execução do serviço terá início com o recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada e terá como termo final, o visto de recebimento do Certificado de destruição das mercadorias pela Contratante (certificado de Destinação Final, a ser emitido para cada lote destruído), indicando-se a correta destinação dos resíduos.
- 8.11.2. A Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços solicitados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço. O prazo poderá ser prorrogado, a pedido da CONTRATADA e justificadamente, por mais 10 (dez) dias úteis, a critério da Administração. O não cumprimento destes prazos implicará multa, e demais penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.

8.11.3. O prazo máximo admitido para a classificação, acondicionamento, carregamento, transporte, descarregamento, destruição das mercadorias e a adequada destinação dos resíduos resultantes e entrega do Certificado de Destinação Final de Resíduos não poderá exceder a 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, admitida a extensão do prazo mediante justificativa em que se exponha os motivos e a pretendida nova data, com a aprovação da Administração.

8.11.4. Para efeito de recebimento e aceitação do objeto, entende-se como adimplemento da parcela, a classificação, acondicionamento, carregamento, transporte, descarregamento, destruição das mercadorias e a adequada destinação dos resíduos resultantes e entrega do Certificado de Destinação Final de Resíduos (anexo IV do ETP).

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Os serviços não englobam a disponibilização de material de consumo e de uso duradouro, não se fazendo necessária a disponibilização permanente de materiais (embalagens, etc.) para a Administração.

9.2. Entretanto, a contratada deverá utilizar, às suas expensas, todos os materiais e meios necessários para o correto manuseio e transporte dos bens destinados à destruição, dentre os quais podemos destacar:

- a) embalagens adequadas para o transporte;
- b) quaisquer materiais (sacos plásticos, caixas de papelão, pallets, etiquetas, etc) necessários para o acondicionamento;
- c) quaisquer equipamentos de proteção individual a serem utilizados pela mão de obra;
- d) veículo adequado para o transporte;
- e) dispositivo de destruição (caldeira, triturador, esmagador, moinho, etc);
- f) equipamento de pesagem devidamente aferido por órgão estatal regulador. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. *A demanda do órgão tem como base o item 1.1 desse Termo de Referência*

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, dos Estudos Técnicos Preliminares e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência, Estudos Técnicos Preliminares e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o

atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Caberá ao contratado a classificação, acondicionamento, embalagem, carregamento, transporte, descarregamento, descaracterização, inutilização, destruição das mercadorias, bem como a destinação final dos resíduos resultantes desses procedimentos em instalações de sua propriedade ou de terceiros, atendendo a todas as exigências legais cabíveis para o setor, como licenças ambientais e de operação, e ainda a manutenção da regularidade e validade da documentação a que estiver obrigado a cumprir referente também a suas instalações, máquinas, equipamentos e segurança;

12.24. Caberá à CONTRATADA executar os serviços obedecendo, em cada etapa, à legislação vigente, inclusive quanto ao acondicionamento, ao carregamento e ao transporte;

12.25. Toda a destruição será sempre acompanhada de servidores da Receita Federal do Brasil, devidamente designados para a finalidade, independentemente do local da destruição, inutilização ou descaracterização. A estes servidores deverá ser dado acesso total a qualquer fase da destruição, inutilização ou descaracterização. Em hipótese alguma o contratado poderá iniciar a destruição sem a presença de Comissão de Destruição da Receita Federal do Brasil ou de servidor designado, aos quais caberá atestar a total destruição, inutilização ou descaracterização das mercadorias;

12.26. Caso a Comissão de Destruição, ou servidor designado, considere que a forma adotada pela empresa não descaracterizou, inutilizou ou destruiu completamente as mercadorias, novo procedimento deverá ser realizado, sem ônus para a Administração;

12.27. A CONTRATADA se responsabilizará pela análise laboratorial do material a ser destruído, caso tal análise seja recomendada pelas normas técnicas vigentes, arcando com os seus custos;

12.28. A responsabilidade mencionada no subitem anterior persiste inclusive quando da ocorrência de acidentes ou danos materiais, morais ou pessoais causados por resíduos cuja composição não seja, na realidade, aquela apontada pela CONTRATADA na etapa de classificação e/ou na análise laboratorial;

12.29. A CONTRATADA deverá providenciar o transporte do material a ser destruído desde o depósito até as suas dependências, disponibilizando mão de obra para condução, carregamento e descarregamento do veículo;

- 12.30. A empresa deverá dispor de local específico para a realização da destruição e inutilização das mercadorias, procedimento a ser acompanhado integralmente pela Comissão de Destruição, não sendo permitido o armazenamento pela contratada de mercadorias não descaracterizadas, principalmente quando todo o processo de carregamento, transporte, destruição e destinação final durar mais de um dia;
- 12.31. Da mesma forma também não será permitido o armazenamento por parte da contratada de mercadorias não descaracterizadas para eventual destruição posterior;
- 12.32. Manter os lotes da RFB em separado de outros lotes durante os procedimentos de descaracterização, inutilização e destruição, de modo a permitir o acompanhamento da Comissão de Destruição em todas as fases do processo de destinação final, inclusive a disposição final dos possíveis resíduos resultantes;
- 12.33. Franquear acesso a todas as etapas da descaracterização, inutilização, destruição e destinação final de resíduos referentes aos lotes da RFB;
- 12.34. Disponibilizar mão de obra qualificada para a realização de cada etapa da prestação dos serviços;
- 12.35. O(s) responsável(eis) técnico(s) só poderá(ão) ser substituído(s) por outro(s) profissional(ais) de igual qualificação, sendo obrigatório que a CONTRATADA comunique a CONTRATANTE de tal substituição;
- 12.36. A Contratada sempre deverá atender a todas as normas técnicas atualizadas pertinentes emitidas pelos órgãos competentes, como ABNT NBR nº 10.004/2004, Resolução ANTT nº 420/2004, etc..

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, para aquelas atividades em que é comum no mercado a subcontratação, como transporte e outros meios de destinação final de que o contratado não disponha em sua estrutura própria, indispensáveis à adequada destinação de determinado tipo de inservível, sempre que necessário, em cumprimento à legislação em vigor, em especial os normativos ambientais, nas seguintes condições:
- 13.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II dos Estudos Técnicos Preliminares, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.2.1. não produziu os resultados acordados;

16.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou

materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 20.1.1. Não se trata de serviço de grande vulto, bem como não envolve alta complexidade técnica nem riscos financeiros consideráveis;
 - 20.1.2. O contrato não importará em entrega de bens pela Administração, ou seja, o contratado não será depositário de bens da Administração;
 - 20.1.3. Não se trata de contrato com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, não havendo riscos de a Administração ser responsabilizada subsidiariamente pelo inadimplemento de encargos trabalhistas e previdenciários;
 - 20.1.4. Não há previsão de realização de pagamento antecipado por parte da Administração.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar,

nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
 - v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
----	--	----

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira e técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.3.1. Valor Global:

22.3.1.1. Item 1: R\$ 272.850,00

22.3.1.2. Item 2: R\$ 359,70

22.3.1.3. Item 3: 775.00,00

22.3.1.4. Item 4 R\$ 316.000,00

22.3.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O custo estimado da contratação é o custo previsto no item 22.3.1.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Anexos:

I – Estudo Técnico Preliminar;

25. DA APROVAÇÃO PELO SETOR DEMANDANTE

25.1. Nos termos do art. 29, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maior de 2017, o Termo de Referência cumpre com os requisitos solicitados na Demanda.

Assinado e Datado digitalmente Daniela Araújo Vieira Cavalcanti Delegada ALF REC	Assinado e Datado digitalmente Eduardo Gadelha Ramos Chefe da Sapol/DRF/JPA
---	--

26. DA ELABORAÇÃO E REVISÃO

26.1. Cumpridos os requisitos da legislação de regência, em especial o art. 9º, inc. IX da Lei 8.666/93, e nos termos do Art. 265 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 28/07/2020, propomos apreciação, assinatura e encaminhamento para aprovação do presente Termo de Referência à chefe da DIPOL04.

Assinado e Datado digitalmente Bruno Cirne de Lucena Membro – Equipe de Planejamento	Assinado e Datado digitalmente Everton Sampaio de Menezes Membro – Equipe de Planejamento	Assinado e Datado digitalmente Rosaline Carneiro de Albuquerque Tojal Membro – Equipe de Planejamento
Assinado e Datado digitalmente Leonardo de Medeiros Diniz Dantas Membro – Equipe de Planejamento	Assinado e Datado digitalmente Marize Gonçalves Neri Membro – Equipe de Planejamento	Assinado e Datado digitalmente Valdemir Tavares Barreto Filho Membro – Equipe de Planejamento
Assinado e Datado digitalmente Henrique Ferreira de Souza Membro – Equipe de Planejamento		Assinado e Datado digitalmente Revisão Chefe do Selic

27. DA AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO

27.1. Com fulcro no art. 263, combinado com o art. 168, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, AUTORIZO a realização de processo administrativo, modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, visando à contratação de pessoa jurídica para os fins previstos no item 1.1 deste documento.

27.2. Nos termos do art. 366, inc. II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, combinado com o art. 168, inc. VIII, do respectivo regimento, PROPONHO Aprovação do Presente Documento.

Assinado e Datado digitalmente
Chefe da DIPOL04

28. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

28.1. Ante o Exposto, em conformidade com o disposto no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, bem como nos termos art. 364, §1º, III, do Regimento Interno, APROVO o presente Termo de Referência conforme proposto.

Assinado e Datado digitalmente
Superintendente da SRRF04

Estudo Técnico Preliminar 6/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 19615.720218/2023-89

2. INTRODUÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação, em atenção ao disposto nos Documentos de Formalização de Demanda (DFD), fls. 20/21 e 71/77, composta pelos membros descritos no Anexo Único da Portaria Conjunta SRRF04 & DRF/JPA nº 364/2023, com fundamento no art. 3º, inc. IV, art. 6º, inc. I e art. 14, inc. I, todos do Decreto 10.024/2019, elabora os Estudos Técnicos Preliminares, sob a numeração de *e-processo* 19615.720218/2023-89, o qual é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, para fins de subsidiar a elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, Edital, Contrato e demais anexos, bem como quaisquer outros documentos pertinentes à modalidade licitatória adotada ou sua Dispensa/Inexigibilidade.

3. Do objeto pretendido

Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço continuado de destinação final de cigarros e bebidas alcoólicas apreendidos, cujo escopo dos serviços engloba a classificação, acondicionamento, carregamento, transporte, descarregamento, destruição e a adequada destinação dos resíduos resultantes, observadas todas as normas técnicas emitidas pelos órgãos competentes.

Nesse serviço devem estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. Do Registro de Preços

Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP, tendo em vista que a contratação em tela atenderá a mais de um órgão (DRF/JPA e ALF/REC) e abarcará a contratação de serviços remunerados por unidade de medida, enquadrando-se como hipóteses previstas no Art. 3º, incisos II e III, do Decreto nº 7.8792, de 23/01/2013:

“Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

(...)

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

(...)”

5. Justificativa para Agrupamento dos itens

Deverá ser realizado um procedimento licitatório composto por 4 (quatro) itens. Cada item independente corresponde a um município da Receita Federal da 4ª Região Fiscal que possui Depósito de Mercadoria Apreendida (DMA) e ao tipo de mercadoria a ser destinada (cigarros ou bebidas alcoólicas), já que o valor dos serviços será diferente para cada localidade e tipo de mercadoria, conforme Relatório de Pesquisa de Mercado e de Preços às fls. 88/92 do processo.

É importante registrar que a adjudicação por grupo, em licitação para registro de preços, sem robustas, fundadas e demonstradas razões (fáticas e argumentativas) que a sustente, revela-se sem sentido quando se atenta para o evidente fato de que a Administração não está obrigada a contratar a composição do grupo a cada contrato, podendo adquirir isoladamente cada item, no momento e na quantidade que deseja.

6. Regime de Execução

Será adotado o regime de execução de empreitada por preço unitário, em razão de que:

- a) há certa indefinição nos quantitativos estimados;
- b) os serviços serão remunerados com preços certos de unidades determinadas;
- c) o pagamento será efetuado pelos serviços efetivamente executados.

7. Da Classificação do objeto

Serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade poderão ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Dedicação exclusiva de mão de obra: não.

8. Do Critério de Julgamento

A licitação será dividida em itens, conforme Planilha de Itens (Anexo I do ETP), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

9. Critérios de Sustentabilidade

Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas obrigações da contratada, da seguinte forma:

- a) conforme art. 85, § 1º, da Portaria RFB nº 200/2022, na destruição ou inutilização por meio de procedimento que descaracterize as mercadorias apreendidas, deverão ser adotados métodos que possam resultar em resíduos cuja reutilização ou reciclagem seja economicamente viável;

Obs.: conforme art. 14, inciso III, alínea “a” da Portaria RFB nº 200/2022:

“Art. 14. Às mercadorias apreendidas poderá ser atribuída uma das seguintes formas de destinação:

(...)

III - destruição ou inutilização, nos seguintes casos:

a) cigarros e demais derivados do tabaco, nacionais ou estrangeiros, nas formas previstas nesta Portaria;"

b) conforme art. 85, § 4º, da Portaria RFB nº 200/2022, os demais resíduos de destruição ou inutilização, ou os rejeitos gerados, deverão ser encaminhados para disposição final ambientalmente adequada, mediante:

I - entrega ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos; ou

II - distribuição ordenada em aterros devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes e adequados à classificação do resíduo.

c) conforme art. 85, § 7º, da Portaria RFB nº 200/2022, são proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos, exceto nas bacias de decantação de resíduos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente;

II - lançamento in natura a céu aberto;

III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade, exceto quando decretada emergência sanitária e acompanhada pelos órgãos competentes; e

IV - outras formas vedadas pela legislação ambiental.

d) conforme art. 85, § 8º, da Portaria RFB nº 200/2022, os produtos e resíduos de destruição classificados como Resíduos Classe I - Perigosos, conforme Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 10004:2004, deverão ser remetidos a pessoas jurídicas devidamente habilitadas pelo órgão ambiental competente a operar com resíduos perigosos.

e) observar, no que couber, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, especialmente quanto à destinação e disposição final ambientalmente adequada, nos seguintes termos:

I – destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a

evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

II – disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

10. Definições

Ordem de Serviço - é o documento utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução dos contratos de prestação de serviços que deverá estabelecer quantidades, estimativas, prazos e custos da atividade a ser executada, e possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado;

Classificação - o serviço de obtenção de informações relativas às características físicas e químicas de determinada substância visando sua identificação e classificação por meio de critérios técnicos definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, da legislação ambiental de descarte de resíduos gerais ou perigosos e de transporte rodoviário ou ferroviário de cargas gerais ou perigosas definida pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e para o caso de uso de outros modais de transporte aplicar-se-ão as regras de classificação das agências reguladoras competentes;

Acondicionamento - o serviço de manuseio com o fim de colocar mercadorias, bens, produtos e substâncias gerais ou perigosas em embalagens;

Embalagem - o serviço de fornecimento de recipientes e quaisquer outros componentes ou materiais necessários para que o recipiente desempenhe sua função de contenção, consistindo na embalagem com seu conteúdo, preparados para o transporte, armazenamento e destinação final de seu conteúdo. Poderá ser necessário o fornecimento de embalagens de resgate (embalagens especiais que atendam às disposições aplicáveis na Resolução ANTT nº 420, nas quais se colocam, para fins de transporte, recuperação ou disposição, embalagens de produtos perigosos danificadas, defeituosas ou com vazamento, ou produtos perigosos que tenham derramado ou vazado);

Carregamento - o serviço de embarque em veículo para transporte de mercadorias, bens, produtos e substâncias gerais ou perigosas;

Transporte - o serviço de movimentação de carga geral ou perigosa por meio de veículo rodoviário, ferroviário, fluvial ou marítimo;

Descarregamento - o serviço de desembarque de veículo transportador de mercadorias, bens, produtos e substâncias gerais ou perigosas;

Descaracterização - o serviço de remoção de marcas, logotipos e quaisquer outros sinais de mercadorias, bens, produtos e substâncias gerais ou perigosas que identifiquem uma marca, empresa, empreendimento, pessoa física ou jurídica;

Inutilização - o serviço de tornar impróprio para o uso a que se destinava originalmente determinada mercadoria, bem, produto ou substância geral ou perigosa;

Destruição - o serviço de transformar em resíduos mercadorias, bens, produtos e substâncias gerais ou perigosas de modo que as tornem impróprias, resíduos, não reconstituíveis e não reutilizáveis para o fim a que serviam originalmente;

Destinação final de resíduos - o serviço de tratamento, gestão e disposição final em conformidade com todas as exigências legais cabíveis, dos resíduos resultantes dos procedimentos de descaracterização, inutilização e destruição;

Certificado de Destinação Final de Resíduos - documento emitido pelo contratado que comprova o adequado transporte, tratamento e destinação final de resíduos, conforme anexo, ou mediante outro modelo, desde que aprovado pela Unidade beneficiária do contrato ou contratante;

Destinação Final via Aterro Sanitário - Aterro sanitário é um sistema de descarte de resíduos sólidos que utiliza técnicas buscando minimizar os impactos que o lixo provoca na natureza. Implica em pré-processamento que descaracterize/inutilize a mercadoria. O aterro sanitário é uma área licenciada por órgãos ambientais, destinadas a receber os resíduos sólidos urbanos, basicamente lixo domiciliar, de forma planejada, onde o lixo é compactado e coberto por terra, formando diversas camadas. A decomposição do lixo produz metano, gás carbônico e outros gases poluentes que intensificam o aquecimento global. Um aterro sanitário reduz a poluição, colabora para a redução da emissão de gases de efeito estufa, evita odores desagradáveis, gera energia e pode ser uma fonte de receita por meio de créditos de carbono.

11. Modelo de Execução do Objeto

1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

1.1. DA CLASSIFICAÇÃO:

1.1.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA a classificação do material a ser aterrado;

1.1.2. Tal classificação deverá ser feita no local onde o material estiver depositado, conforme indicado pela Contratante;

1.1.3. A Administração deverá comunicar à CONTRATADA, por qualquer meio, o horário e o local em que deverão ser feitas as atividades de classificação, com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência;

1.1.4. O(s) funcionário(s) da CONTRATADA responsável(eis) pela classificação deverá(ão), obrigatoriamente, comparecer no horário e local determinados pela Contratante, salvo se houver motivo que justifique o não comparecimento aceito expressamente pela Administração;

1.1.5. A classificação deverá ser formalizada em documento próprio, que deverá ser entregue ao responsável pelas destruições da unidade, do qual deve constar, no mínimo:

a) O nome científico e/ou popular, dependendo do caso, do produto a ser aterrado;

b) O número do processo administrativo a que tal produto se referir;

c) A especificação da quantidade estimada (em kg) para cada processo;

d) A data e o horário do início e do término da atividade de classificação;

e) A assinatura do responsável técnico pelas atividades de classificação;

f) A assinatura do servidor responsável pelas destruições da Unidade demandante;

6) Quaisquer responsabilidades que advierem da classificação inadequada de algum material serão imputadas à CONTRATADA.

1.2. DO ACONDICIONAMENTO

1.2.1. Sempre que necessário, ou seja, sempre que a carga não se encontre, quando armazenada, acondicionada de maneira ideal para a realização do transporte, a CONTRATADA deverá providenciar a embalagem adequada para o transporte;

1.2.2. Considera-se embalagem adequada para o transporte aquela que minimize os riscos de contaminação e maximize a rapidez do transporte;

1.2.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar quaisquer materiais (sacos plásticos, caixas de papelão, pallets, etiquetas, etc) necessários para o acondicionamento, bem como quaisquer equipamentos de proteção individual a serem utilizados pela mão de obra;

1.2.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar toda a mão de obra necessária para a realização do acondicionamento;

1.2.5. Quaisquer responsabilidades que advierem do acondicionamento inadequado de algum material serão imputadas à CONTRATADA.

1.3. DO CARREGAMENTO E DO TRANSPORTE

1.3.1. Será da responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização de transporte adequado, bem como de mão de obra para carregamento/descarregamento e de quaisquer equipamentos de proteção individual a serem utilizados pela mão de obra;

1.3.2. A quantidade de mercadoria a ser carregada/transportada/descarregada não deve exceder o limite de capacidade de destruição diária da empresa CONTRATADA, de forma que toda a mercadoria transportada seja inutilizada no mesmo dia;

1.3.3. Em nenhum caso será permitido o depósito de mercadoria apreendida transportada e não destruída em local diverso do depósito de origem da Unidade demandante;

1.3.4. O veículo a ser utilizado para o transporte, assim como a mão de obra necessária para a condução e para o carregamento do veículo, deverão, obrigatoriamente, comparecer no horário e local determinados pela unidade responsável pela destruição, salvo se houver motivo que justifique o não comparecimento aceito expressamente pela Administração;

1.3.5. O condutor do veículo, assim como os funcionários responsáveis pelo seu carregamento, devem estar devidamente uniformizados e devem portar crachá de identificação, onde se possam ler o nome da empresa CONTRATADA, o nome do funcionário e sua função;

1.3.6. O condutor do veículo deverá portar todos documentos exigidos pela legislação, sempre dentro do seu devido prazo de validade, como o documento do veículo, a carteira nacional de habilitação e o conhecimento de carga;

1.3.7. Quaisquer responsabilidades que advierem do carregamento ou transporte inadequado de algum material serão imputadas à CONTRATADA;

1.3.8. Após a chegada ao local de destruição, a CONTRATADA prossegue como responsável pela movimentação da carga naquele local e seu transporte até a destruição, sendo responsável por toda a mão de obra e equipamentos alocados para esse fim;

1.3.9. A CONTRATADA é responsável por prover local de destruição delimitado com acesso franqueado somente aos trabalhadores diretamente envolvidos na atividade e aos servidores designados pela CONTRATANTE (o local não poderá ser utilizado para trânsito de veículos ou pedestres que não estejam envolvidos na destruição);

1.3.10. No local deverá existir área destinada ao descarregamento dos materiais a serem destruídos de forma que seu manuseio/transporte até o dispositivo de destruição (caldeira, triturador, esmagador, etc) se dê sem a necessidade de acondicionamento dos materiais em outro veículo de transporte (importa dizer que o local de descarregamento deve ser próximo ao dispositivo de destruição);

1.4. DA PESAGEM

1.4.1. O material a ser destruído deve ser pesado na presença de servidor ou Comissão da Receita Federal responsável pelo acompanhamento da carga;

1.4.2. O relatório de pesagem deverá ser atestado pelo servidor da Unidade Contratante responsável pela destruição e servirá de base para o pagamento do serviço realizado;

1.4.3. Para efeitos de pagamento, o peso considerado será o bruto da carga na entrada do estabelecimento contratado, antes da destruição, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a pesagem em lugar e em equipamento devidamente aferidos por órgão estatal regulador.

1.5. DA DESTRUIÇÃO

1.5.1. Os cigarros e as bebidas alcoólicas deverão ser destruídos e inutilizados por meio de processo que assegure que sejam totalmente descaracterizados, de modo que seus resíduos sejam não reconstituíveis e não reutilizáveis para o fim a que serviam originalmente, mediante acompanhamento e fiscalização da Comissão de Destruição de Mercadorias Apreendidas da Unidade demandante.

1.5.2. A destruição e a inutilização referidas no item anterior deverão ser feitas em local disponibilizado ou previamente informado à CONTRATANTE e que seja seguro para o manuseio das mercadorias.

1.5.3. A CONTRATADA é responsável por providenciar e disponibilizar os equipamentos necessários à execução do serviço, tal como trituradora, moinho ou similar e tudo o que for pertinente para a correta prestação do serviço contratado.

1.5.4. Será de responsabilidade da CONTRATADA, dentro do que estiver disposto na legislação, as atividades acessórias do processo.

1.6. DA DESTINAÇÃO

1.6.1. A CONTRATADA ficará responsável pela correta destinação final dos resíduos resultantes da destruição, de acordo com as legislações ambientais municipal, estadual e federal pertinentes, comprovada através de certificação de destinação final do resíduo.

1.6.2. A gestão e o gerenciamento da destinação dos resíduos, na forma de despejo em aterros adequados à classificação do resíduo, deverão ser realizados segundo a legislação pertinente Federal, Estadual e Municipal.

Observação: *Em todas as etapas, deverá haver a segregação dos materiais quanto ao tipo, procedência, ou demais elementos identificadores do material sob processo destrutivo. A qualquer momento deverá ser possível ao representante da Receita Federal localizar e identificar qualquer material ou objeto do processo destrutivo, mesmo quando situados fora das instalações da Receita (como armazéns, depósitos, transportes, etc.). Ou seja, deverá ser possível sempre efetuar a rastreabilidade do material em poder da Contratada. A não observância desses procedimentos sujeita a Contratada a penalidades, conforme descrito em item específico do Termo de Referência.*

12. Materiais a serem disponibilizados

Os serviços não englobam a disponibilização de material de consumo e de uso duradouro, não se fazendo necessária a disponibilização permanente de materiais (embalagens, etc.) para a Administração.

Entretanto, a contratada deverá utilizar, às suas expensas, todos os materiais e meios necessários para o correto manuseio e transporte dos bens destinados à destruição, dentre os quais podemos destacar:

- a) embalagens adequadas para o transporte;
- b) quaisquer materiais (sacos plásticos, caixas de papelão, pallets, etiquetas, etc) necessários para o acondicionamento;
- c) quaisquer equipamentos de proteção individual a serem utilizados pela mão de obra;
- d) veículo adequado para o transporte;
- e) dispositivo de destruição (caldeira, triturador, esmagador, moinho, etc);
- f) equipamento de pesagem devidamente aferido por órgão estatal regulador.

13. Obrigações mínimas da Contratada

Conforme DFDs às fls. 20/21 e 71/77 do processo, são obrigações mínimas da contratada, sem prejuízo das obrigações previamente aprovadas pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União, inseridas na Minuta “*Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra | Atualização: Julho /2021*”.

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

I – Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

II – Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados (inclusive derramamento/acidente de algum produto tóxico, corrosivo, ou de qualquer modo nocivo a seres vivos ou ao ambiente);

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

III – Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ocasionado em bem móvel ou imóvel da União, em especial àqueles relacionados à prestação do serviço objeto da presente contratação, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

IV – Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

V – Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

VI – Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

VII – Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

VIII – Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

IX – Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

X – Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

XI – Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

XII – Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

XIII – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XIV – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XV – Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas;

XVI – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XVII – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

XVIII – Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

XIX – Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;

XX – Não proceder à veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do contratante;

XXI – Não divulgar informações a que tenha acesso em decorrência dos serviços a serem, ou já prestados;

XXII – Assumir a responsabilidade, inclusive financeira, pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do objeto, ainda que tenha acontecido nas dependências das Unidades beneficiárias do contrato ou contratantes;

XXIII – Nomear preposto para orientar a execução do serviço, bem como manter contato com os fiscais do contratante, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações e em especial a execução do serviço a ser contratado, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, em conformidade com o art. 68 da Lei nº 8.666/93;

XXIV – Dar conhecimento à contratante da ocorrência de sinistro de qualquer natureza que envolva direta ou indiretamente seu lote de mercadorias.

XXV – No caso de o sinistro resultar em perda ou dano, parcial ou integral ao lote de mercadorias, a perda ou dano deverão ser ressarcidos à Unidade beneficiária do contrato ou contratante proporcionalmente ao valor de mercado apurado por meio da média de três avaliações de empresas, entidades ou órgãos públicos diferentes, na mesma razão da perda ou dano. Para o caso de resíduo sem valor econômico, a Unidade beneficiária do contrato ou contratante poderá dispensar esse ressarcimento;

XXVI – Acatar e respeitar as disposições constantes de normas e regulamentos que forem baixados pela Secretaria da Receita Federal, em especial quando se referirem aos serviços regidos por este Contrato;

XXVII – Permitir o acesso de servidor ou da Comissão de Destruição de Mercadorias Apreendidas durante o procedimento de destruição;

XXVIII – Assumir a responsabilidade integral e exclusiva por qualquer dano ambiental que venha a ocorrer em decorrência da prestação dos serviços;

XXIX – Assumir integral responsabilidade pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, na prestação dos serviços contratados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando a Contratante de todas e quaisquer reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir;

XXX – Responder, civil ou penalmente, pelos danos de qualquer natureza que as mercadorias apreendidas, mobiliários, cargas em geral, ou quaisquer outros bens da Administração Pública, venham a sofrer em razão de ação ou omissão de funcionários da Contratada ou de quem em seu nome agir na execução do Contrato;

XXXI – Comunicar imediatamente ao(s) Fiscal(is) do Contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, que atente contra o resguardo das mercadorias apreendidas pela Contratante, para que sejam adotadas as providências necessárias;

XXXII – Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado ou preposto cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Administração ou ao interesse do Serviço Público;

XXXIII – Disponibilizar números de telefone fixo e de telefone móvel que possibilitem contatos imediatos entre seu preposto e a fiscalização do contrato, de forma a agilizar a troca de informações e a solução de problemas;

XXXIV – Toda e qualquer ação administrativa, tais como emissão de certificados ambientais, laudos técnicos e quaisquer outras que venham a ser necessárias a perfeita execução do serviço objeto deste contrato, são de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, não cabendo qualquer ônus ou providências para contratante;

XXXV – Comparecer às reuniões convocadas pela Contratante, desde que esta informe à contratada, com antecedência de pelo menos 72 (setenta e duas) horas, da data, da hora e do local dessa reunião;

XXXVI – As partes (Contratada e Contratante) deverão lavrar e assinar Ata de quaisquer reuniões realizadas nos termos deste subitem;

XXXVII – Toda subcontratada deverá apresentar os mesmos requisitos de regularidade fiscal que a contratada, e deverá comprovar sua adequação e regularidade técnica ao objeto da subcontratação. As irregularidades da subcontratada serão tratadas como se fossem da contratada, uma vez que esta é a responsável perante a Administração pelos atos ou omissões de sua subcontratada;

XXXVIII – Em caso de troca da subcontratada, a contratada deverá num prazo de 5 dias úteis apresentar à Administração todos os comprovantes de adequação e regularidade da nova empresa.

ASPECTOS TÉCNICOS:

I – Caberá ao contratado a classificação, acondicionamento, embalagem, carregamento, transporte, descarregamento, descaracterização, inutilização, destruição das mercadorias, bem como a destinação final dos resíduos resultantes desses procedimentos em instalações de sua propriedade ou de terceiros, atendendo a todas as exigências legais cabíveis para o setor, como licenças ambientais e de operação, e ainda a manutenção da regularidade e validade da documentação a que estiver obrigado a cumprir referente também a suas instalações, máquinas, equipamentos e segurança;

II – Caberá à CONTRATADA executar os serviços obedecendo, em cada etapa, à legislação vigente, inclusive quanto ao acondicionamento, ao carregamento e ao transporte;

III – Toda a destruição será sempre acompanhada de servidores da Receita Federal do Brasil, devidamente designados para a finalidade, independentemente do local da destruição, inutilização ou descaracterização. A estes servidores deverá ser dado acesso total a qualquer fase da destruição, inutilização ou descaracterização. Em hipótese alguma o contratado poderá iniciar a destruição sem a presença de Comissão de Destruição da Receita Federal do Brasil ou de servidor designado, aos quais caberá atestar a total destruição, inutilização ou descaracterização das mercadorias;

IV – Caso a Comissão de Destruição, ou servidor designado, considere que a forma adotada pela empresa não descaracterizou, inutilizou ou destruiu completamente as mercadorias, novo procedimento deverá ser realizado, sem ônus para a Administração;

V – A CONTRATADA se responsabilizará pela análise laboratorial do material a ser destruído, caso tal análise seja recomendada pelas normas técnicas vigentes, arcando com os seus custos;

VI – A responsabilidade mencionada no subitem anterior persiste inclusive quando da ocorrência de acidentes ou danos materiais, morais ou pessoais causados por resíduos cuja composição não seja, na realidade, aquela apontada pela CONTRATADA na etapa de classificação e/ou na análise laboratorial;

VII – A CONTRATADA deverá providenciar o transporte do material a ser destruído desde o depósito até as suas dependências, disponibilizando mão de obra para condução, carregamento e descarregamento do veículo;

VIII – A empresa deverá dispor de local específico para a realização da destruição e inutilização das mercadorias, procedimento a ser acompanhado integralmente pela Comissão de Destruição, não sendo permitido o armazenamento pela contratada de mercadorias não descaracterizadas, principalmente quando todo o processo de carregamento, transporte, destruição e destinação final durar mais de um dia;

XIX – Da mesma forma também não será permitido o armazenamento por parte da contratada de mercadorias não descaracterizadas para eventual destruição posterior;

X – Manter os lotes da RFB em separado de outros lotes durante os procedimentos de descaracterização, inutilização e destruição, de modo a permitir o acompanhamento da Comissão de Destruição em todas as fases do processo de destinação final, inclusive a disposição final dos possíveis resíduos resultantes;

XI – Franquear acesso a todas as etapas da descaracterização, inutilização, destruição e destinação final de resíduos referentes aos lotes da RFB;

XII – Disponibilizar mão de obra qualificada para a realização de cada etapa da prestação dos serviços;

XIII – O(s) responsável(eis) técnico(s) só poderá(ão) ser substituído(s) por outro(s) profissional(ais) de igual qualificação, sendo obrigatório que a CONTRATADA comunique a CONTRATANTE de tal substituição;

XIV – A Contratada sempre deverá atender a todas as normas técnicas atualizadas pertinentes emitidas pelos órgãos competentes, como ABNT NBR nº 10.004/2004, Resolução ANTT nº 420/2004, etc..

14. Requisitos de Capacidade Técnica

1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

1.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho Regional de Química, ou em outro Conselho Profissional que fiscalize a atividade objeto da licitação, no Estado em que a licitante tenha a sua sede, em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação, na qual conste responsável técnico.

1.1.1. Declaração indicando Responsável Técnico com registro ou inscrição na entidade Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho Regional de Química, ou em outro Conselho Profissional que fiscalize a atividade objeto da licitação, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação, na qual fique claramente demonstrado o vínculo entre o Responsável e a licitante, vínculo este em plena validade por ocasião da Habilitação.

1.1.1.1. O profissional Responsável Técnico deverá demonstrar que possui formação técnica ou superior, observado que quando o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS for elaborado e implementado por um profissional vinculado ao CREA, deverá recolher ART, por determinação da legislação federal.

1.1.1.2. Entende-se como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

1.1.1.3 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

Esclarecimentos quanto ao PGRS e Responsável Técnico:

Conforme art. 20 da Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I - os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas “e”, “f”, “g” e “k” do inciso I do art. 13;

“Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

(...)

e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;

f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

(...)

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;”

II - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

a) gerem resíduos perigosos;

b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

III - as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama;

IV - os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea “j” do inciso I do art. 13 e, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;

“Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

(...)

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;”

V - os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.

Conforme art. 22 da Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, *“Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, **será designado responsável técnico devidamente habilitado**”*. (grifo nosso)

Conforme art. 1º da Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, *“Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à “Anotação de Responsabilidade Técnica” (ART)”*.

1.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

1.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

1.2.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5 /2017.

Observação: O prazo de 12 (doze) meses se justifica, dentre outros motivos:

- Pelo período inicial previsto na contratação (12 meses);
- Pela necessidade da Administração contar com empresa experiente no serviço em questão, tendo em vista os riscos à saúde ou ambiente de processo destrutivo realizado de forma inadequada;
- Pela necessidade da Administração de poder contar com empresa estável no mercado em caso de questionamento ou ação reparatória posterior ao processo destrutivo por Órgão Ambiental.

1.2.1.2. Será considerado como compatível a comprovação de execução de serviços de destinação final para cada item do qual seja vencedor, de no mínimo, tendo como referência o peso (quilograma), de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado para 12 meses, ou seja, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços.

1.2.1.3. Serão também aceitos atestados que apresentarem unidade de medida em tonelada (t) ou metro cúbico (m³). Na hipótese de o atestado mencionar apenas a unidade metro cúbico, considerar-se-á, apenas para fins desta comprovação, que 1 m³ = 1.000 kg.

1.2.1.4. Fica esclarecido que não será exigida a discriminação dos tipos de resíduos para fins do(s) atestado(s) a ser(em) apresentado(s), podendo os licitantes apresentarem tantos atestados quantos entenderem necessários para a comprovação da capacidade técnico-operacional exigida neste subitem.

1.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

1.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

1.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

1.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

1.3. Licença de Operação, expedida pelo órgão de licenciamento ambiental do Estado onde ocorrerá a execução dos serviços. Será aceita licença emitida por órgão de controle ambiental de outro Estado desde que haja consulta prévia ao órgão de licenciamento do Estado onde ocorrerá a execução dos serviços sobre a necessidade de retirada de autorização específica para o transporte, uma vez que o serviço será de caráter temporário dentro do Estado.

1.3.5. Caso a empresa vencedora realize a subcontratação para o transporte, será aceita Licença de Operação apresentada em nome da empresa subcontratada.

1.4. Licenciamento ambiental do empreendimento de aterro sanitário para onde serão enviados os resíduos.

Justificativas quanto à exigência de licenças ambientais:

As licenças ambientais estão sendo exigidas pois a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, em seu art. 10, afirma que “a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental”. Já o art. 8º da Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/97, diz que o Poder Público, no exercício de sua competência, expedirá a Licença de Operação que “autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação”. Como na maioria das vezes a empresa vencedora do certame é uma gerenciadora que faz o trabalho de destruição e de transporte, e existem empreendimentos de aterro sanitário licenciados para os quais as gerenciadoras enviam os resíduos para destino final, está sendo exigida a licença ambiental do empreendimento que receberá os resíduos para destinação final.

1.5. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

1.5.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

15. Requisitos de Qualificação Econômica

Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão:

1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.1. Quando não constar a data de validade da Certidão de Falência, deve-se adotar o período de 1 (um) ano, contado a partir de sua emissão (fonte: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sicaf-normativo> – pergunta 21).

2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

16. Da vistoria para a Licitação

Para os Itens 1 e 2:

Dias previstos: segunda-feira a sexta-feira;

Horário Previsto: 08:30 às 11:30 e 14:30 às 16:00;

Servidor designado para acompanhamento: Alessandro Helder Kamimura Polo;

Contato para agendamento: (83) 3216-4456.

Para os Itens 3 e 4:

Dias previstos: segunda-feira a sexta-feira;

Horário Previsto: 08:00 às 17:00;

Servidor designado para acompanhamento: Henrique Ferreira de Souza;

Contato para agendamento: (81) 3266-0588.

17. Da Subcontratação do objeto

Foi mantida a possibilidade de subcontratação prevista no contrato atual, nos seguintes termos:

1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, para aquelas atividades em que é comum no mercado a subcontratação, como transporte e outros meios de destinação final de que o contratado não disponha em sua estrutura própria, indispensáveis à adequada destinação de determinado tipo de inservível, sempre que necessário, em cumprimento à legislação em vigor, em especial os normativos ambientais, nas seguintes condições:

1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

18. Do Cronograma de Execução

O prazo de execução será conforme abaixo:

I – Para os Itens 1 e 2:

1. O local de destruição dos cigarros e bebidas alcoólicas apreendidos será determinado pela CONTRATADA, que poderá ocorrer em instalações de sua propriedade ou de terceiros, desde que atendidas todas as exigências legais cabíveis, como licenças ambientais e de operação, e ainda a manutenção da regularidade e validade da documentação a que estiver obrigado a cumprir referente também às instalações, máquinas, equipamentos e segurança;

2. A operação de destruição de cigarros e bebidas alcoólicas apreendidos deverá ocorrer necessariamente em 02 (dois) dias consecutivos, em horário de expediente normal da CONTRATANTE, sendo o primeiro dia utilizado para o carregamento do material e o segundo para ao seu transporte e destruição;

3. Membros da Comissão de Destruição, nomeados pela CONTRATANTE, deverão acompanhar a execução do serviço, desde o carregamento do material até sua destinação final (destruição), atestando posteriormente a execução e conclusão do serviço;

3.1. Os trabalhos da Comissão de Destruição poderão ser auxiliados por outros servidores, efetivos ou terceirizados, como motoristas, carregadores, entre outros, sempre que se fizer necessário, a critério da CONTRATANTE;

4. A CONTRATADA será demandada por meio de Ordem de Serviço, encaminhada pelo Fiscal do Contrato através de e-mail institucional, a qual deverá conter as seguintes informações:

a) Número do processo de contratação;

b) Número do contrato;

c) Identificação da CONTRATADA, com razão social e CNPJ;

- d) Volume estimado do material a ser destruído;
- e) Identificação e o endereço do local onde se encontra o material que será carregado e transportado para destruição; e
- f) Alguma exigência que eventualmente se faça necessária, a ser cumprida pelos funcionários da CONTRATADA para entrada no local de guarda do material, como a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's) específicos, vestimenta adequada ou qualquer outra, se houver.

5. Recebida a Ordem de Serviço, a CONTRATADA terá até 05 (cinco) dias úteis para comunicar à CONTRATANTE formalmente por e-mail:

- a) As datas e respectivos horários em que serão realizadas as operações de carregamento, transporte e destruição do material;
- b) A identificação e o endereço do estabelecimento onde será destruído o material; e
- c) Alguma exigência que eventualmente se faça necessária, a ser cumprida pelos servidores da CONTRATANTE, para entrada ao local de destruição do material, como a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's) específicos, vestimenta adequada ou qualquer outra, se houver.

6. Os serviços deverão ser prestados até o 15º (décimo quinto) dia útil, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA;

6.1. Excepcionalmente, de comum acordo entre as partes e devidamente justificado no processo, a data definida pela CONTRATADA para a execução dos serviços poderá ser alterada, sem necessária obediência ao prazo estabelecido no item anterior.

7. Até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data de início da prestação dos serviços:

- a) A CONTRATADA informará por e-mail à CONTRATANTE os nomes dos funcionários (motoristas, carregadores, etc.) que participarão da operação, de modo que a CONTRATANTE possa providenciar a autorização da entrada dos mesmos no local de guarda do material; e
- b) A CONTRATANTE informará por e-mail à CONTRATADA os nomes dos servidores (motoristas, membros da Comissão de Destruição, etc.) que acompanharão a prestação dos serviços de transporte e destruição do material, de modo que a CONTRATADA possa providenciar a autorização da entrada dos mesmos ao local de destruição do material, bem como o acompanhamento dos procedimentos realizados.

7.1. Os funcionários e servidores indicados acima deverão, durante a execução do serviço, portar documento de identificação pessoal com foto, para fins de comprovação.

8. Para efeito de recebimento e aceitação do objeto, entende-se como adimplemento da parcela, a classificação, acondicionamento, carregamento, transporte, descarregamento, destruição das mercadorias e a adequada destinação dos resíduos resultantes e entrega do Certificado de Destinação Final de Resíduos (anexo IV do ETP).

II – Para os Itens 3 e 4:

1. A execução do serviço terá início com o recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada e terá como termo final, o visto de recebimento do Certificado de destruição das mercadorias pela Contratante (certificado de Destinação Final, a ser emitido para cada lote destruído), indicando-se a correta destinação dos resíduos.

2. A Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços solicitados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço. O prazo poderá ser prorrogado, a pedido da CONTRATADA e justificadamente, por mais 10 (dez) dias úteis, a critério da Administração. O não cumprimento destes prazos implicará multa, e demais penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.

3. O prazo máximo admitido para a classificação, acondicionamento, carregamento, transporte, descarregamento, destruição das mercadorias e a adequada destinação dos resíduos resultantes e entrega do Certificado de Destinação Final de Resíduos não poderá exceder a 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, admitida a extensão do prazo mediante justificativa em que se exponha os motivos e a pretendida nova data, com a aprovação da Administração.

4. Para efeito de recebimento e aceitação do objeto, entende-se como adimplemento da parcela, a classificação, acondicionamento, carregamento, transporte, descarregamento, destruição das mercadorias e a adequada destinação dos resíduos resultantes e entrega do Certificado de Destinação Final de Resíduos (anexo IV do ETP).

19. Da Vigência da Contratação

Para todos os itens:

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

20. Descrição da necessidade

1. Conforme DFD da **Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa**, às fls. 71/77 do processo:

1.1. Devido ao trabalho institucional de apreensão de mercadorias, muitas bebidas alcoólicas e cigarros são armazenados no Depósito de Mercadorias Apreendidas (DMA) da DRF/JPA. Essas mercadorias precisam ser destruídas, dando destinação final aos mesmos, conforme normas ambientais.

1.2. O atual Contrato nº 01/2018, formalizado no processo 14760.720058/2018-13 se encerra em 08/08/2023, sem possibilidade de prorrogação.

2. Conforme DFD da **Alfândega da Receita Federal do Brasil em Recife**, às fls. 20/21 do processo:

2.1. Para atender a demanda de destruição de cigarros e bebidas apreendidas.

21. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Programação e Logística da Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa - SAPOL/DRF/JPA	Eduardo Gadelha Ramos
Alfândega da Receita Federal do Brasil em Recife - ALF/REC	Daniela Araújo Vieira Cavalcanti

22. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

2. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

2.1. Conforme art. 85 da Portaria RFB nº 200/2022, a destruição ou inutilização deverá ser efetuada por meio de procedimento que descaracterize as mercadorias apreendidas, tornando-as impróprias para os fins a que se destinavam originalmente ou retirando a sua atratividade comercial.

2.2. Caberá ao contratado a classificação, acondicionamento, embalagem, carregamento, transporte, descarregamento, descaracterização, inutilização, destruição das mercadorias, bem como a destinação final dos resíduos resultantes desses procedimentos em instalações de sua propriedade ou de terceiros, atendendo a todas as exigências legais cabíveis para o setor, como licenças ambientais e de operação, e ainda a manutenção da regularidade e validade da documentação a que estiver obrigado a cumprir referente também a suas instalações, máquinas, equipamentos e segurança.

2.3. Dar acesso total a qualquer fase da destruição em questão aos membros da Comissão de Destruição designados para acompanhar os procedimentos.

2.4. Observar, no que couber, a Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022 (anexo V do ETP), que “Dispõe sobre a administração e a destinação de mercadorias apreendidas”, em especial o Capítulo IV (DA DESTRUIÇÃO OU INUTILIZAÇÃO) do Título III (DA DESTINAÇÃO).

3. Duração inicial do contrato: 12 (doze) meses.

4. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: **NÃO** há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico desta contratação, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo.

5. Quadro com soluções de mercado: conforme pormenorizado em tópico específico do ETP.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

23. Da Necessidade de avaliação de amostras

Não será necessária a avaliação de amostras.

24. Levantamento de Mercado

Inicialmente, cabe registrar que a terceirização para a prestação indireta dos serviços deste processo encontra amparo no art. 83 da Portaria RFB nº 200/2022: “As unidades administrativas da RFB poderão **contratar**, estabelecer parcerias, convênios ou outros acordos e ajustes que tenham como objetivo a destruição ou inutilização das mercadorias apreendidas, observados, conforme o caso, as formalidades necessárias, o disposto na Lei de Licitações e Contratações, no Decreto nº 9.764, de 2019, e na legislação ambiental aplicável.” (grifo nosso). E que inexistem quadros funcionais típicos e materiais específicos na SRRF04 para a execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos e materiais da própria Administração.

Foram analisados editais de licitações realizados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), tendo em vista que a administração e a destinação de mercadorias apreendidas no âmbito da RFB estão dispostas na Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022 (ou portarias anteriores, no caso de licitações realizadas antes da entrada em vigor da Portaria RFB nº 200/2022). Da referida análise, foi possível identificar as seguintes opções na prestação indireta de serviços de destruição de mercadorias apreendidas:

UASG	Pregão (nº/ano)	Objeto	Serviço continuado (sim ou não)	Mão de obra em regime de dedicação exclusiva (sim ou não)	Regime de execução
		Contratação de serviços continuados de: 1) transporte, descarga e coprocessamento e 2)			

170177	9/2022	transporte, descarga e disposição em aterro industrial, ambos de resíduos de mercadorias apreendidas e bens móveis da SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo período de 20 (vinte) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	SIM	NÃO	Empreitada por preço unitário
170133	12/219	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de carregamento/coleta, pesagem, descarregamento, inutilização /descaracterização, destinação ambientalmente adequada dos resíduos pelos processos de aterro ou coprocessamento e certificação da destinação em conformidade com a legislação ambiental de mercadorias genericamente denominadas como cigarros ilegais, assim considerados os cigarros apreendidos pela Receita Federal do Brasil e suas embalagens.	SIM	NÃO	Empreitada por preço unitário
170156	10/2021	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços, sob demanda, de descarregamento, pesagem, inutilização/destruição até sua completa descaracterização e adequada destinação dos resíduos gerados pelos processos de aterro, coprocessamento ou encapsulamento, em conformidade com a legislação ambiental vigente, de mercadorias apreendidas de forma a atender às necessidades das unidades da RFB na 9ª Região Fiscal ou de outras Regiões, se necessário.	SIM	NÃO	Empreitada por preço unitário
170078	1/2018	Contratação de serviços continuados de destruição de mercadorias apreendidas ou outras, para atender as necessidades de todas as unidades da Receita Federal do Brasil da 5ª Região Fiscal. A empresa contratada para a prestação do serviço objeto desta licitação deverá possuir instalações próprias ou de terceiros com infraestrutura operacional (aterro, incinerador, triturador e outros) e sistemas de controle, de forma a garantir a máxima segurança no manuseio de resíduos.	SIM	NÃO	Não identificado

Portanto, no âmbito da RFB é comum a contratação de serviços continuados de destruição de mercadorias apreendidas, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com regime de execução empreitada por preço unitário, solução ora adotada.

Foi realizado levantamento de mercado de potenciais fornecedores para serviços de destruição de mercadorias nos municípios de João Pessoa/PB e Recife/PE, conforme amostra de consulta parametrizada de fornecedores para linha de fornecimento similar ao objeto deste processo (CATSER 1333 - Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial), às fls. 29/30 do processo.

Ademais, foi realizada pesquisa de mercado e de preços, conforme Relatório às fls. 88/92 do processo.

25. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a terceirização para a prestação indireta de serviços de destinação final de cigarros e bebidas alcoólicas apreendidos, de forma continuada, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

O escopo dos serviços engloba a classificação, acondicionamento, carregamento, transporte, descarregamento, destruição e a adequada destinação dos resíduos resultantes, observadas todas as normas técnicas emitidas pelos órgãos competentes.

A contratada deverá utilizar, às suas expensas, todos os materiais e meios necessários para o correto manuseio e transporte dos bens destinados à destruição, não se fazendo necessária a disponibilização permanente de materiais (embalagens, etc.) para a Administração.

Nesse serviço devem estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

26. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As demandas de mercadorias apreendidas previstas para serem destruídas foram apresentadas pelas Unidades solicitantes, conforme DFDs às fls. 20/21 e 71/77, bem como documento às fls. 14/19 do processo, e estão relacionadas na Planilha de Itens (Anexo I do ETP), que traz as estimativas anuais das quantidades a serem contratadas.

Os quantitativos são estimativos e não obrigam a Contratante a demandá-los, servindo apenas como referência para fins de formulação das propostas. Os serviços serão solicitados de acordo com a necessidade efetivamente verificada. Somente serão pagos os serviços efetivamente solicitados e efetivamente prestados.

27. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.364.209,70

Conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Qtde estimada (anual)	Preços de Referência	
				Unitário	Total (anual)
1	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. Descrição detalhada: serviços continuados de destinação final de cigarros (DRF/JPA)	Kg/ano	85.000	3,21	272.850,00
2	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. Descrição detalhada: serviço continuado de destinação final de bebidas alcoólicas apreendidas (DRF/JPA)	Litros/ano	110	3,27	359,70
3	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. Descrição detalhada: serviço continuado de destinação final de cigarros apreendidos (ALF/REC)	Kg/ano	250.000	3,10	775.000,00
4	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. Descrição detalhada: serviço continuado de destinação final de bebidas alcoólicas apreendidas (ALF/REC)	Kg/ano	100.000	3,16	316.000,00
Estimativas do valor da contratação – Total					1.364.209,70

28. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme pormenorizado em tópico específico do ETP, deverá ser realizado um procedimento licitatório composto por 4 (quatro) itens independentes.

Ademais, o fracionamento do objeto em mais itens individuais, além dos acima referenciados, não se mostra viável para este tipo de contratação, por aumentar a complexidade logística ao envolver diversos fornecedores para os serviços de classificação, acondicionamento, carregamento/transporte, pesagem, destruição e destinação. Isso tornaria o processo sujeito a falhas de integração dos serviços entre os fornecedores, aumentaria o custo de administração e execução dos contratos, tornaria pouco efetiva uma possível responsabilização civil, criminal ou ambiental referente aos materiais efetivamente transportados ou inutilizados, se houvesse 2 ou mais fornecedores na cadeia logística de atividades.

Reitera-se que é permitida a subcontratação parcial do objeto, para aquelas atividades em que é comum no mercado a subcontratação, como transporte e outros meios de destinação final de que o contratado não disponha em sua estrutura própria, indispensáveis à adequada destinação de determinado tipo de inservível, sempre que necessário, em cumprimento à legislação em vigor, em especial os normativos ambientais, conforme pormenorizado em tópico específico do ETP.

29. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

CONTRATO Nº 35/2022 - UASG 170058;

Nº Processo: 19615.720468/2022-38;

Pregão Nº 18/2022;

Objeto: Contratação de serviços de destruição de mercadorias.

30. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação dos **Itens 1 e 2** encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme dados à fl. 66 do processo. A contratação dos **Itens 3 e 4** foi incluída no Documento de Formalização da Demanda nº 03/2023 – UASG 170058, à fl. 67 do processo.

31. Vedação à participação de consórcios

1. É recomendável a autorização para a participação de empresas reunidas em consórcio quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor (geralmente quando há obrigatoriedade de realizar audiência pública) ou complexidade, como, por exemplo, a construção de uma usina hidroelétrica, em que, se não for permitida a participação de consórcios, restringir-se-ia a competição, na medida que, por hipótese, somente 1 ou 2 empresas individualmente consideradas teriam condições de executar a obra.

2. Ao contrário, a permissão para a constituição de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, poderia restringir a competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar o serviço reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços nas licitações.

3. Conforme Acórdão TCU nº 1316/2010 – Primeira Câmara, item 1.5.1.1, deve-se abster de vedar, sem justificativa razoável, a participação de empresas em consórcio, de modo a restringir a competitividade do certame. Porém, lendo-se integralmente o Acórdão (Relatório do Ministro Relator e Voto do Ministro Relator), constata-se que o caso concreto analisado revestiu-se de vulto e complexidade, conforme itens 27 e 28 do Relatório, abaixo transcritos:

“27. Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

28. No entanto, se as circunstâncias concretas indicarem que o objeto apresenta vulto ou complexidade que tornem restrito o universo de possíveis licitantes, fica o Administrador obrigado a prever a participação de consórcios no certame com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. Neste sentido ainda os Acórdãos TCU 1.094/2004 – Plenário e 22/2003 – Plenário.”

4. Além disso, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 8.666/93, que em seu artigo 33 atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas. No mesmo sentido, os Acórdãos 2813/2004 – Primeira Câmara, 1917/2003 - Plenário, e 159/2003 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União – TCU.

5. Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

32. Do Cronograma de Contratação

O disposto neste documento refere-se apenas a uma previsão, a assinatura do Contrato está condicionada à existência de créditos orçamentários autorizados no momento do pedido de fornecimento /contratação.

O cronograma de contratação é o seguinte:

--	--	--	--

Unidade da SRRF04	Forma de entrega do serviço	Data prevista para início do uso do serviço	Local de prestação do serviço*
DRF/JPA	Parcelada, sob demanda	09/08/2023	Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa: Av. Epitácio Pessoa, nº 1705, Bairro dos Estados/PB
ALF/REC	Parcelada	Conforme cronograma da comissão de destruição (Obs.: o contrato atual, nº 12/2018, expira em 08/08 /2023)	Coleta do material conforme agendado pela comissão de destruição

* Possíveis locais de coleta das mercadorias:

Para os Itens 1 e 2 (DRF/JPA):

- AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, Nº 1410, BAIRRO ESTADOS, JOÃO PESSOA/PB CEP 58.030-900.

Para os Itens 3 e 4 (ALF/REC):

- DMA – AV. PROFESSOR JOSÉ DOS ANJOS, Nº 535 CEP 52.051-345 TAMARINEIRA, RECIFE-PE;
- PORTO Recife / EAD2 - PRAÇA DA COMUNIDADE LUSO BRASILEIRA Nº 70 CEP 50.030-280 CENTRO, RECIFE-PE;
- PORTO Suape – AV. PORTUÁRIA S/N CEP 55.590-000 ILHA DE COCAIS, IPOJUCA-PE.

33. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Gestão/Unidade:	00001 / 170058 (ALF/REC)	00001 / 170052 (DRF/JPA)
Fonte:	1032000000	1032000000
Programa de Trabalho:	04.122.0032.0000.0001	04.122.0032.0000.0001
Natureza de Despesa:	339039	339039
Subitem de natureza de despesa:	339039.75	339039.75
Pl:	DESTRUICAO	DESTRUICAO

34. Da Previsão de Garantia

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

1. Não se trata de serviço de grande vulto, bem como não envolve alta complexidade técnica nem riscos financeiros consideráveis;
2. O contrato não importará em entrega de bens pela Administração, ou seja, o contratado não será depositário de bens da Administração;
3. Não se trata de contrato com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, não havendo riscos de a Administração ser responsabilizada subsidiariamente pelo inadimplemento de encargos trabalhistas e previdenciários;
4. Não há previsão de realização de pagamento antecipado por parte da Administração.

35. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A Administração espera contribuir com a destinação das mercadorias legalmente apreendidas, evitando os transtornos decorrentes da acumulação de estoques, alcançando os principais objetivos, a saber:

- I. Destinar corretamente as mercadorias custodiadas em seus depósitos;
- II. Reduzir os estoques disponíveis nos depósitos de mercadorias apreendidas, liberando espaço;
- III. Reduzir despesas de armazenagem;
- IV. Inibir a proliferação de doenças e reduzir acidentes decorrentes do armazenamento de mercadorias tóxicas ou inflamáveis;
- V. Proteger a saúde dos servidores e colaboradores;
- VI. Cumprir com a legislação ambiental;
- VII. Garantir a operacionalização efetiva das atividades finalísticas da RFB de forma ágil e tempestiva;
- VIII. Conciliar menores custos da contratação com atendimento adequado.

Registre-se que inexistem, nos quadros funcionais típicos da Contratante, servidores e materiais específicos para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos e materiais existentes.

Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a execução dos serviços, exceto os valores referentes ao pagamento das faturas mensais.

Quanto à economicidade na contratação dos serviços em questão, a Administração, ao terceirizar suas atividades-meio, foca sua atuação na atividade para a qual foi instituída, na busca pela melhor satisfação do interesse público.

Ademais, a contratação dos serviços supracitados através de um processo licitatório amplo e irrestrito, possibilitando, dessa maneira, uma concorrência entre empresas prestadoras, resultará na obtenção de uma proposta mais vantajosa para a Administração, capaz de gerar economia aos cofres públicos e proporcionar eficiência e qualidade aos serviços.

36. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, uma vez que já possui contratações similares ao objeto.

37. Possíveis Impactos Ambientais

Geração de resíduos sólidos ou rejeitos, cujos impactos deverão ser mitigados com a adoção de critérios de sustentabilidade, conforme pormenorizado em tópico específico do ETP.

38. Do Instrumento de Medição de Resultado

Conforme Anexo II do ETP.

39. Declaração de Anexo

Em obediência ao disposto no Anexo “V”, 2.2, “a)”, da IN 05/2017, este documento corresponderá ao Anexo A do Termo de Referência, exceto as partes que forem classificadas como sigilosas nos termos da Lei 12.527/2011, as quais serão ocultadas quando da transcrição definitiva.

40. Dos Anexos a Este ETP

Anexo I – Planilha de itens;

Anexo II – Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

Anexo III – Minuta de Ordem de Serviço;

Anexo IV – Modelo de Certificado de Destinação Final (CDF); e

Anexo V – Portaria RFB nº 200/2022.

41. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

41.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, e com base nas informações juntadas aos autos deste processo, especialmente quanto aos DFDs, às fls. 20/21 e 71 /77 do processo, declaramos que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração, assegurando o funcionamento das suas atividades finalísticas e o cumprimento de suas missões institucionais.

42. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543](#),

[de 13 de novembro de 2020.](#)

BRUNO CIRNE DE LUCENA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/03/2023 às 10:52:25.

EVERTON SAMPAIO DE MENEZES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/03/2023 às 10:54:28.

ROSALINE CARNEIRO DE ALBUQUERQUE TOJAL

Membro da comissão de contratação

LEONARDO DE MEDEIROS DINIZ DANTAS

Membro da comissão de contratação

MARIZE GONCALVES NERI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/03/2023 às 10:56:47.

VALDEMIR TAVARES BARRETO FILHO

Membro da comissão de contratação

HENRIQUE FERREIRA DE SOUZA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha Itens.pdf (87.08 KB)
- Anexo II - Instrumento de Medição de Resultados (IMR).pdf (74.42 KB)
- Anexo III - Minuta de Ordem de Serviço.pdf (54.35 KB)
- Anexo IV - Modelo de Certificado de Destinação Final (CDF).pdf (48.08 KB)
- Anexo V - Portaria RFB nº 200-2022.pdf (530.56 KB)

Anexo I - Planilha Itens.pdf

Nº Item	Descrição	Unidade	QTD	Local de Entrega	Endereço de Entrega*	Cronograma de contratação	Justificativa	Justificativa para agrupamento (se for o caso)
1	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. <u>Descrição detalhada:</u> serviços continuados de destinação final de cigarros	Toneladas/ano	85	DRF/João Pessoa	Av. Epitácio Pessoa, nº 1705, Bairro dos Estados/PB.	Parcelada, sob demanda	Conforme item 3 do DFD às fls. 71/77 do processo	Não se aplica
2	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. <u>Descrição detalhada:</u> serviço continuado de destinação final de bebidas alcoólicas apreendidas	Litros/ano**	110	DRF/João Pessoa	Av. Epitácio Pessoa, nº 1705, Bairro dos Estados/PB.	Parcelada, sob demanda	Conforme item 3 do DFD às fls. 71/77 do processo	
3	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. <u>Descrição detalhada:</u> serviço continuado de destinação final de cigarros apreendidos	Tonelada/ano	250	ALF/Recife	Coleta do material conforme agenda- do pela comissão de destruição.	Parcelada, conforme cronograma da comissão de destruição	Conforme item "Justificativa/Motivo/Necessidade" do DFD às fls. 20/21 do processo	Não se aplica
4	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. <u>Descrição detalhada:</u> serviço continuado de destinação final de bebidas alcoólicas apreendidas	Tonelada/ano	100	ALF/Recife	Coleta do material conforme agenda- do pela comissão de destruição.	Parcelada, conforme cronograma da comissão de destruição	Conforme item "Justificativa/Motivo/Necessidade" do DFD às fls. 20/21 do processo	

* Possíveis locais de coleta das mercadorias:

Para os Itens 1 e 2 (DRF/JPA):

AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, Nº 1410, BAIRRO ESTADOS, JOÃO PESSOA/PB CEP 58.030-900.

Para os Itens 3 e 4 (ALF/REC):

DMA – AV. PROFESSOR JOSÉ DOS ANJOS, Nº 535 CEP 52.051-345 TAMARINEIRA, RECIFE-PE;

PORTO Recife / EAD2 - PRAÇA DA COMUNIDADE LUSO BRASILEIRA Nº 70 CEP 50.030-280 CENTRO, RECIFE-PE;

PORTO Suape – AV. PORTUÁRIA S/N CEP 55.590-000 ILHA DE COCAIS, IPOJUCA-PE.

** Os fornecedores consultados na pesquisa direta apresentaram preço unitário para o Item 2 com base no Quilograma (Kg), mas confirmaram que o preço é o mesmo para o Litro (ver fls. 78/87 do processo). Portanto, ficará mantida a unidade de fornecimento "Litro" para o item 2, conforme demanda do setor requisitante.

Anexo II - Instrumento de Medição de Resultados (IMR).pdf

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1. DA DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. O Instrumento de Medição de Resultados - IMR é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento.

1.3. O objetivo do IMR é vincular o pagamento dos serviços aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as reduções de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR, ser interpretadas como penalidades ou multas, as quais exigem a abertura do regular processo administrativo e do contraditório.

1.4. Desse modo, o preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços de destruição de mercadorias apreendidas se refere à execução com a máxima qualidade. Portanto, a execução que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade importará pagamento proporcional ao realizado, seguindo os critérios descritos neste anexo.

1.5. A Fiscalização técnica deverá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

1.5.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

1.5.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

1.6. A aplicação do IMR, utilizada pela fiscalização do contrato, deverá seguir de acordo com a metodologia constante em cada indicador tomando como base o mês de referência da prestação dos serviços.

1.7. O pagamento à contratada será feito em consonância com o percentual de retenções obtido do somatório do resultado de todos os indicadores. Por exemplo, se durante um mês o somatório das retenções de todos os indicadores for de 10% (dez por cento), será efetuado o pagamento de 90% (noventa por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura mensal dos serviços prestados.

1.8. Este anexo é parte indissociável do Contrato XXXXX firmado a partir do Edital XXXX e de seus demais anexos.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1 Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de cinco indicadores de qualidade: tempo de resposta às solicitações da contratante, cumprimento de atividades e rotinas, utilização de equipamentos e materiais adequados.

2.2 Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.2.1 Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 – CUMPRIMENTO DOS PRAZOS REFERENTES ÀS SOLICITAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Obter ciência e comprometimento quanto à resolução das demandas levantadas pela Contratante o mais breve possível, mesmo que a

	resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo. Busca mensurar o cumprimento dos prazos estipulados referentes a Notificações ou Solicitações de Esclarecimentos à Contratada.
Meta a cumprir	Celeridade no atendimento em cumprimento dos prazos estipulados pela Administração.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através do livro de registros
Periodicidade	Por evento/solicitação da contratante, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta estabelecida no âmbito do mês de aferição
Início de vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Até 01 (uma) ocorrência – Notificação da fiscalização do contrato para correção da falha; 02 (duas) ocorrências – Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura 03 (três) ocorrências – Retenção de 2% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura 04 (quatro) ocorrências ou mais – Retenção de 3% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa
Sanções	Ver QUADRO RESUMO DE AJUSTES NO PAGAMENTO e Sanções previstas no Termo de Referência, Contrato e Edital
Observações	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização contratual, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestado

INDICADOR 2 – CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mitigar as falhas, erros e omissões com o objetivo de garantir a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade e eficiência. Serão analisadas as atividades em execução/executadas.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através do livro de registros

Periodicidade	Por atividade, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de cálculo	Somatório do número de ocorrências registradas no mês de aferição
Início de vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Até 01 (uma) ocorrência – Notificação da fiscalização do contrato para correção da falha; 02 (duas) ocorrências – Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura 03 (três) ocorrências – Retenção de 2% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura 04 (quatro) ocorrências ou mais – Retenção de 3% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa
Sanções	Ver QUADRO RESUMO DE AJUSTES NO PAGAMENTO e Sanções previstas no Termo de Referência, Contrato e Edital
Observações	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização contratual, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestado

INDICADOR 3 – EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ADEQUADOS E NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a disponibilização dos equipamentos e materiais necessários para o bom cumprimento dos serviços contratados.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através do livro de registros
Periodicidade	Por evento, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de cálculo	Somatório do número de ocorrências registradas no mês de aferição
Início de vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Até 01 (uma) ocorrência – Notificação da fiscalização do contrato para correção da falha; 02 (duas) ocorrências – Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura 03 (três) ocorrências – Retenção de 2% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura 04 (quatro) ocorrências ou mais – Retenção de 3%

	(um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa
Sanções	Ver QUADRO RESUMO DE AJUSTES NO PAGAMENTO e Sanções previstas no Termo de Referência, Contrato e Edital
Observações	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização contratual, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestado

3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1 As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

QUADRO RESUMO DE AJUSTES NO PAGAMENTO		
INDICADOR	Nº DE OCORRÊNCIAS VERIFICADAS PELA FISCALIZAÇÃO	PERCENTUAL DE RETENÇÃO NA FATURA
01 - Cumprimento dos prazos referentes às solicitações e notificações		
02 - Cumprimento das atividades		
03 - Equipamentos e materiais adequados e necessários para a execução dos serviços		
Percentual total de retenção da Nota Fiscal/Fatura		
VALOR TOTAL A SER PAGO A CONTRATADA		
Número da Nota Fiscal/Fatura:		Data da Nota Fiscal/Fatura:
(Valor Total da Nota Fiscal/Fatura) – (Percentual Total de Retenções da Nota Fiscal/Fatura):		
VALOR TOTAL A SER PAGO:		
R\$ XX.XXX,XX (VALOR POR EXTENSO)		

Cidade-UF, (datado digitalmente).

(assinado digitalmente)

Fiscal do Contrato

Matrícula nº XXXXX

Portaria nº XX, de (dia) de (mês) de (ano).

Ciente em, (dia) de (mês) de (ano).

Preposto/Representante da Contratada

4. CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Percentual de retenção	Registros efetuados
01 - Cumprimento dos prazos referentes às solicitações e notificações	Sem ocorrências	0%	
	1 ocorrência	0% + Notificação	
	2 ocorrências	1%	
	3 ocorrências	2%	
	4 ocorrências ou mais	3% + Apuração	
02 - Cumprimento das atividades	Sem ocorrências	0%	
	1 ocorrência	0% + Notificação	
	2 ocorrências	1%	
	3 ocorrências	2%	
	4 ocorrências ou mais	3% + Apuração	
03 - Equipamentos e materiais adequados e necessários para a execução dos serviços	Sem ocorrências	0%	
	1 ocorrência	0% + Notificação	
	2 ocorrências	1%	
	3 ocorrências	2%	
	4 ocorrências ou mais	3% + Apuração	
Pontuação total do serviço			
Percentual total a reter			

Anexo III - Minuta de Ordem de Serviço.pdf

MINUTA DE ORDEM DE SERVIÇO
ORDEM DE SERVIÇO (NOME DA UNIDADE) Nº XX/XXXX

PROCESSO: 19615.720218/2023-89

LICITAÇÃO: Pregão (Eletrônico) SRRF04 Nº XX/2022

FORNECEDOR BENEFICIÁRIO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Em cumprimento ao disposto no Edital do Pregão (Eletrônico) SRRF04 nº xx/20__, cujo objeto é a contratação de _____ para a _____, vimos solicitar a prestação do serviço com as características abaixo relacionadas:

1. DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

1.1. Da discriminação do (s) serviço (s) a ser (em) prestado (s):

2. DA(S) DATA(S) E LOCAL(IS) DE RETIRADA DOS RESÍDUOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS QUANTIDADES DE RESÍDUOS A SEREM DESTINADOS

Data	Local	Quantidade (Kg)	Observação

3. DO PREÇO E DA NOTA DE EMPENHO

3.1. Preço Unitário por kg : R\$ _____

3.2. Quantidade total de resíduos a serem destinados: _____ kg

3.3. Preço total a ser pago R\$ _____ (_____)

3.4. A xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx pagará ao Fornecedor Beneficiário o valor total de R\$ _____ (_____), conforme valor unitário registrado no Pregão nº xx/20__ e Nota de Empenho nº ____ NE_____, em anexo a esta Ordem de Serviço.

3.5. Incluídos no preço todos os impostos, transporte, licenças, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e demais custos, que correrão por conta do Fornecedor Beneficiário.

Atenciosamente,

Nome
Cargo/Função
Unidade da RFB

Anexo IV - Modelo de Certificado de Destinação Final (CDF).pdf

MODELO DE CERTIFICADO DE DESTINAÇÃO FINAL (CDF)

CERTIFICADO DE DESTINAÇÃO FINAL (CDF) (LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA)

A (Nome/Razão Social da pessoa jurídica contratada), inscrita no CNPJ sob o número (-----),
certifica que foram recolhidos, recebidos, tratados e destinados os resíduos abaixo relacionados da
(Unidade da RFB/Endereço, Cidade, Estado), por meio do processo de disposição em aterro, em
(-----), conforme os requisitos especificados em nossa Licença Ambiental de Operação nº (-----),
emitida pelo(a) (órgão licenciador), válida até (-----/-----/-----) e com as normas e regulamentos
aplicáveis no Estado do(e) (UF do local da destinação final), assim como com as condicionantes da Licença
de Operação em vigor.

Resíduos: (denominação ou descrição)

Quantidade: (peso em quilogramas)

Nota Fiscal nº: (nº)

Manifesto de Transporte de Resíduos nº: (nº)

Local da Retirada: (endereço, cidade, estado)

Local da Destinação Final: (endereço, cidade, estado)

Ordem de Serviço RFB nº: (Unidade Administrativa/nº/Ano)

Sendo as informações aqui prestadas verdadeiras, firmamos o presente.

Cidade e data.

Assinatura do responsável legal da pessoa jurídica contratada.
(Nome do responsável, cargo)

Nome/Razão Social da pessoa jurídica contratada, endereço completo, telefones e fax com DDD, email,
sítio na internet

Anexo V - Portaria RFB nº 200-2022.pdf



PORTARIA RFB Nº 200, DE 18 DE JULHO DE 2022

(Publicado(a) no DOU de 20/07/2022, seção 1, página 71)

Dispõe sobre a administração e a destinação de mercadorias apreendidas.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela [Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020](#), e tendo em vista o disposto nos §§ 10 e 11 do art. 29 do [Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976](#), no art. 16 da [Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998](#), no [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), e na [Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011](#), resolve:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a administração e a destinação de mercadorias apreendidas no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Parágrafo único. As mercadorias apreendidas a que se refere o caput compreendem mercadorias ou veículos objeto de formalização de procedimento fiscal de apreensão ou de abandono, que se enquadrem nas condições previstas nos arts. 23, 24 e 26 do [Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976](#), ou objeto de auto de infração acompanhado de Termo de Apreensão e de Guarda Fiscal (AITAGF), com base na legislação tributária e aduaneira, ou de Termo de Guarda Especial (TGE).

TÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º A administração de mercadorias apreendidas compreende o controle, o gerenciamento e a guarda fiscal das mercadorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - mercadoria retida: mercadoria ou veículo objeto de retenção preliminar em razão de suspeita de infração à legislação aduaneira ou tributária, ou para cumprimento de exigências fiscais para sua liberação;

II - guarda preliminar: compreende a guarda provisória de mercadorias ou veículos retidos em ações promovidas pela RFB ou recepcionados de outros órgãos, acobertados por termo de retenção ou outros documentos, bem assim mercadorias abandonadas sujeitas à pena de perdimento por dano ao erário.

III - mercadoria apreendida: mercadoria ou veículo objeto de formalização de procedimento fiscal de apreensão ou de abandono nas condições previstas nos arts. 23, 24 e 26 do [Decreto-Lei nº 1.455, de 1976](#), ou objeto de AITAGF, com fundamento em outros dispositivos da legislação aduaneira ou tributária, ou de TGE;

IV - guarda fiscal: compreende a armazenagem de mercadorias apreendidas e a supervisão dos recintos armazenadores;

V - recinto armazenador: instalação destinada à guarda de mercadorias apreendidas, podendo ser dos seguintes tipos:

a) Depósito de Mercadorias Apreendidas (DMA):

1. administrado pela RFB: instalação, de propriedade da RFB ou não, em que o controle físico das mercadorias apreendidas está sob a responsabilidade de servidor da RFB, ainda que haja contratação de mão de obra terceirizada de apoio para movimentação e manuseio; ou

2. terceirizado: instalação, de propriedade da RFB ou não, administrada por empresa contratada pela RFB para a prestação de serviços de guarda e armazenagem de mercadorias apreendidas; ou

b) recinto alfandegado: instalação de terceiros situada em área alfandegada cuja guarda e armazenagem de mercadorias apreendidas está sob a responsabilidade de órgãos da administração indireta, concessionárias ou permissionárias de serviços aeroportuários, portuários ou em zona secundária, conforme dispuser a legislação aduaneira;

VI - depositário: responsável pela armazenagem de mercadorias apreendidas em DMA;

VII - controle e gerenciamento de mercadorias apreendidas: compreendem as atividades relativas ao registro, à contabilização, à pesquisa, à análise, ao acompanhamento e à instituição de um fluxo de informações sistematizadas das mercadorias apreendidas, de acordo com os recintos em que se encontram armazenadas e as situações dos respectivos processos administrativos.

VIII - Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas (CTMA): solução de tecnologia de informação para o controle e gerenciamento de mercadorias apreendidas.

CAPÍTULO II DO CONTROLE E GERENCIAMENTO

Art. 3º Para fins de controle e gerenciamento, as mercadorias apreendidas serão registradas no CTMA de acordo com as seguintes contas de classificação contábil:

I - conta 120 - mercadorias à disposição do judiciário: aquelas com impedimento de destinação em razão de determinação judicial;

II - conta 130 - mercadorias à disposição de autoridades administrativas: aquelas cujo processo administrativo fiscal se encontre em trâmite interno aguardando declaração de revelia ou julgamento em que caiba recurso com efeito suspensivo;

III - conta 140 - mercadorias à disposição de proprietários definidos: aquelas para as quais houve decisão no processo administrativo fiscal em favor do interessado, mas ainda permanecem no recinto armazenador;

IV - conta 210 - mercadorias sob custódia administrativa: aquelas objeto de pena de perdimento, declaradas abandonadas ou entregues à Fazenda Nacional, disponíveis para destinação, objeto de declaração de revelia ou de decisão administrativa da qual não caiba recurso com efeito suspensivo;

V - conta 220 - mercadorias comprometidas: aquelas destinadas, mediante ato de autoridade competente, à destruição, leilão, doação ou incorporação, mas que ainda não foram destruídas, entregues ao arrematante ou ao beneficiário;

VI - conta 311 - mercadorias que entraram no recinto armazenador cobertas por AITAGF, relação de edital de abandono ou TGE;

VII - conta 313 - mercadorias que entraram no recinto armazenador cobertas por guia de remoção entre diferentes unidades administrativas da RFB;

VIII - conta 321 - mercadorias que saíram do recinto armazenador por leilão;

IX - conta 322 - mercadorias que saíram do recinto armazenador por incorporação a órgãos da administração pública;

X - conta 323 - mercadorias que saíram do recinto armazenador por doação a OSC;

XI - conta 324 - mercadorias que saíram do recinto armazenador por destruição;

XII - conta 325 - mercadorias que saíram do recinto armazenador para análise;

XIII - conta 326 - mercadorias que saíram do recinto armazenador por remoção;

XIV - conta 327 - mercadorias que saíram do recinto armazenador por decisão no processo administrativo fiscal em favor do interessado;

XV - conta 329 - mercadorias que saíram do recinto armazenador para prova de ilícito penal; e

XVI - conta 330 - mercadorias com faltas ou quebras constatadas: aquelas não encontradas no recinto armazenador ou que tiveram suas quantidades reduzidas.

§ 1º O registro no CTMA compete à unidade administrativa responsável pelo preparo e julgamento do correspondente processo administrativo fiscal, observadas as seguintes diretrizes:

I - obrigatoriedade do lançamento contábil;

II - tempestividade do registro à medida que ocorrerem os fatos que resultem em movimentação entre as contas ou alteração dos recintos em que as mercadorias apreendidas se encontram armazenadas; e

III - conformidade com as classificações, descrições, quantidades e valores constantes dos respectivos processos administrativos fiscais.

§ 2º Aplicam-se as diretrizes de que trata o § 1º aos processos administrativos formalizados para a recepção de mercadorias cobertas por guia de remoção.

§ 3º A conta 110, relativa a mercadorias à disposição de apreensores, e a conta 312, relativa a mercadorias acobertadas por outros documentos, constarão do plano de contas do CTMA somente para fins de consulta a registros anteriores à publicação desta Portaria.

CAPÍTULO III DA GUARDA

Art. 4º Compete à Subsecretaria de Administração Aduaneira (Suana) regular os procedimentos para o controle e gerenciamento de mercadorias sob guarda preliminar.

Art. 5º As mercadorias sob guarda preliminar serão armazenadas em áreas específicas e segregadas das mercadorias apreendidas sob guarda fiscal.

§ 1º Caberá à área competente por gerir e executar os procedimentos relativos ao procedimento fiscal a responsabilidade pelo controle e gerenciamento das mercadorias sob guarda preliminar.

§ 2º A guarda preliminar encerra-se com:

I - a devolução das mercadorias retidas ao interessado por inexistência de irregularidade;

II - o desembaraço aduaneiro, nas condições legais vigentes;

III - a formalização do procedimento fiscal de apreensão ou de abandono e o recebimento das mercadorias apreendidas pelo depositário; ou

IV - a formalização do procedimento fiscal de apreensão ou de abandono, quando se tratar de mercadorias retidas ou abandonadas armazenadas em recintos alfandegados.

Art. 6º O depositário, excepcionalmente, poderá receber mercadorias retidas sob guarda preliminar para armazenagem em DMA, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 5º, quando não houver área segregada específica para armazenagem em guarda preliminar ou esta for insuficiente para armazenagem das mercadorias retidas.

Art. 7º A supervisão dos DMA e das áreas de guarda preliminar compete às unidades administrativas da RFB, conforme estabelecer a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF) no âmbito de sua jurisdição, e compreende as seguintes atribuições:

I - o gerenciamento das atividades de recebimento, conferência, acondicionamento, movimentação, paletização, despaletização, separação, entrega e outras relacionadas à movimentação, ao manuseio e ao armazenamento de mercadorias apreendidas e retidas;

II - a administração das edificações, instalações e seus equipamentos;

III - quando se tratar de DMA administrado pela RFB, a gestão ou a fiscalização dos contratos de carregadores, conferentes, manutenção, limpeza, vigilância, apoio e outros necessários para sua operação, ainda que as licitações, contratações e aquisições conexas sejam realizadas por outra unidade administrativa da RFB; e

IV - quando se tratar de DMA terceirizado, a fiscalização dos contratos de terceirização dos serviços de guarda e armazenagem.

Art. 8º O recebimento pelo depositário se processará mediante conferência da relação de mercadorias apreendidas que acompanha o procedimento fiscal de apreensão ou de abandono, e pelas assinaturas do depositário e do responsável pela entrega.

§ 1º A relação a que se refere o caput deverá conter a descrição e a respectiva quantidade das mercadorias, de modo a possibilitar sua individualização, identificação e conferência.

§ 2º Quando houver necessidade de complementar ou detalhar a descrição para fins de individualização, identificação e conferência das mercadorias, poderá ser incluída ressalva na relação de mercadorias apreendidas, com as assinaturas do entregador e do depositário.

§ 3º Quando houver divergência de quantidade ou erro na descrição que impossibilite a correta individualização, identificação e conferência das mercadorias pelo depositário, a relação de mercadorias apreendidas deverá ser previamente ajustada pela autoridade responsável pelo procedimento fiscal.

§ 4º A descrição na relação de mercadorias apreendidas poderá ser substituída pela descrição genérica correspondente à nomenclatura simplificada para a classificação das mercadorias, nos termos do art. 65 da [Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003](#), sem prejuízo de o entregador e o depositário, quando necessário, adotarem medidas adicionais para garantir o efetivo controle e segurança da guarda fiscal.

§ 5º Cabe à Suana e à Subsecretaria Geral de Gestão Corporativa (Sucor) regulamentar as diretrizes complementares para a discriminação de mercadorias apreendidas.

Art. 9º A existência de fiel depositário designado por determinação de autoridade judicial ou administrativa deverá ser registrada no CTMA.

Art. 10. A guarda preliminar e a guarda fiscal em recintos alfandegados se darão em conformidade com o disposto na legislação aduaneira.

Art. 11. Será utilizado TGE para a formalização de guarda de mercadorias, nacionais ou estrangeiras, quando não aplicável procedimento fiscal de apreensão ou de abandono, em especial para formalização da guarda nas seguintes hipóteses:

I - mercadorias entregues à Fazenda Nacional como providência para extinção da aplicação dos regimes especiais de que trata a legislação aduaneira;

II - mercadorias encaminhadas pelo Poder Judiciário com decisão judicial definitiva em favor da União, as quais se encontravam em poder da justiça ou do réu mediante termo de fiel depositário judicial;

III - resíduos de destruição, partes, peças e componentes reutilizáveis previamente destacados de mercadorias destruídas ou inutilizadas, para serem levados a leilão, nos termos dos §§ 2º e 6º do art. 85; e

IV - outros casos em que não se apliquem procedimentos previstos na legislação em vigor para fins de registro de guarda.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso III, o TGE poderá ser lavrado por membro da comissão de destruição logo após o procedimento de destruição ou inutilização, tendo por base as informações constantes da ata a que se refere o § 5º do art. 85.

CAPÍTULO IV DOS PRAZOS PARA FORMALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL

Art. 12. A formalização do procedimento administrativo fiscal de apreensão ou de abandono deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da chegada das mercadorias retidas ou recepcionadas de outros órgãos na área específica destinada à guarda preliminar ou do recebimento pelo depositário nas hipóteses previstas no art. 6º.

§ 1º O prazo de que trata o caput poderá ser de até 90 (noventa) dias, prorrogável mediante justificativa da autoridade responsável pelo procedimento administrativo fiscal, especialmente quando se tratar de operações que resultem na retenção de quantidade de mercadorias ou de veículos incompatíveis com os recursos humanos ou logísticos necessários para sua movimentação ou manuseio ou, ainda, para formalização do referido procedimento.

§ 2º Suspende os prazos de que trata este artigo, pelo período estritamente necessário, a busca de informações ou a realização de diligências cujo objetivo seja a obtenção de provas ou outros elementos de convicção para fundamentar o procedimento administrativo fiscal.

§ 3º Deverá ser priorizada a alocação de recursos humanos e logísticos necessários para a movimentação e o manuseio das mercadorias retidas e para a formalização do procedimento administrativo fiscal a que se refere o § 1º, com vistas a evitar o adiamento dos prazos de que trata este artigo.

TÍTULO III DA DESTINAÇÃO CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. A destinação de mercadorias apreendidas objetiva agilizar o fluxo de saída e abreviar o tempo de permanência em recintos armazenadores, de forma a disponibilizar espaço para novas apreensões, diminuir os custos com controles e armazenagem e evitar a obsolescência e a depreciação dos bens.

Art. 14. Às mercadorias apreendidas poderá ser atribuída uma das seguintes formas de destinação:

I - alienação, mediante:

a) licitação, na modalidade leilão destinado a pessoas jurídicas, para seu uso, consumo, industrialização, comércio ou exportação, ou a pessoas físicas, para seu uso ou consumo; ou

b) doação a Organizações da Sociedade Civil (OSC), assim compreendidas:

1. entidade privada sem fins lucrativos que não distribua, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

2. as cooperativas sociais de que trata a [Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999](#), as sociedades cooperativas integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social, as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda, as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural, e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; e

3. as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

II - incorporação a órgãos da administração pública direta ou indireta federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, dotados de personalidade jurídica de direito público;

III - destruição ou inutilização, nos seguintes casos:

a) cigarros e demais derivados do tabaco, nacionais ou estrangeiros, nas formas previstas nesta Portaria;

b) réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas possam se confundir, ainda que se trate de brinquedos;

c) mercadorias deterioradas, danificadas, estragadas, com data de validade vencida, que não atendam às exigências sanitárias ou agropecuárias, ou que estejam em desacordo com regulamentos ou normas técnicas, e outras, as quais, de qualquer modo, forem imprestáveis para fins de alienação ou incorporação;

d) mercadorias sujeitas à análise técnica ou laboratorial, certificação ou homologação para destinação, representadas por quantidades que não permitam ou valores que não justifiquem, técnica ou economicamente, a obtenção de laudo ou certificação;

e) mercadorias apreendidas em decorrência de inobservância à [Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 - Lei de Propriedade Industrial](#), ou produtos assinalados com marca falsificada, alterada ou imitada, ressalvadas as hipóteses previstas no art.70;

f) fonogramas, livros e obras audiovisuais com indícios de violação ao direito autoral; e

g) agrotóxicos, seus componentes e afins, que descumpram as exigências estabelecidas na legislação pertinente; ou

IV - destruição ou inutilização, quando assim recomendar o interesse da administração ou da economia do país, a critério da autoridade competente, nos seguintes casos:

a) mercadorias colocadas em leilão, no mínimo, por 2 (duas) vezes e não alienadas, observadas outras possibilidades legais de destinação;

b) mercadorias de baixo valor, assim consideradas aquelas cujo valor unitário seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), quando incompletas, ou acessórias sem o principal; e

c) outras mercadorias, mesmo que eventualmente possíveis de alienação ou incorporação, desde que devidamente motivada a destruição, em cada caso.

§ 1º As mercadorias apreendidas poderão ser destinadas:

I - após declaração de revelia ou decisão administrativa da qual não caiba recurso com efeito suspensivo, ainda que relativas a processos pendentes de apreciação judicial, inclusive as que estiverem à disposição da justiça como corpo de delito, produto ou objeto de crime, salvo determinação expressa em contrário, em cada caso, emanada de autoridade judiciária; ou

II - imediatamente após a apreensão, antes mesmo da revelia ou de decisão administrativa, quando se tratar de:

a) semoventes, perecíveis, inflamáveis e explosivos ou outras mercadorias que exijam condições especiais de armazenamento, a critério da autoridade competente;

b) mercadorias deterioradas, danificadas, estragadas, com data de validade vencida, que não atendam exigências sanitárias ou agropecuárias, ou que estejam em desacordo com regulamentos ou normas técnicas, e que devam ser destruídas; e

c) cigarros e demais derivados do tabaco, nacionais ou estrangeiros, para destruição, conforme previsto no art. 14 do [Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro 1977](#).

§ 2º Cabe ao destinatário da alienação ou incorporação a responsabilidade pelo adequado consumo, utilização, industrialização ou comercialização das mercadorias, na forma prevista na legislação pertinente, inclusive no que se refere ao cumprimento das normas de saúde

pública, meio ambiente, segurança pública ou outras, e, ainda, observar eventuais exigências relativas a análises, inspeções, autorizações, certificações e outras previstas em normas ou regulamentos.

Art. 15. Deverá ser priorizada a destinação de semoventes, perecíveis, inflamáveis, explosivos, mercadorias que exijam condições especiais de armazenamento, Produtos Controlados pelo Comando do Exército (PCE), mercadorias com características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, patogenicidade, toxicidade e outros produtos sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção.

Parágrafo único. A destinação das mercadorias de que trata o caput poderá ocorrer imediatamente após a formalização do procedimento administrativo fiscal pertinente, desde que a observância dos prazos legais para a decisão definitiva na esfera administrativa resulte na inviabilidade de sua utilização ou consumo para o fim a que se destinam, ou na hipótese de riscos ao meio ambiente, à saúde ou segurança dos responsáveis por sua guarda, movimentação ou manuseio.

Art. 16. A destinação de mercadorias apreendidas se dará mediante a assinatura pela autoridade competente do correspondente Ato de Destinação de Mercadorias (ADM), na forma gerada pelo CTMA e conforme os termos desta Portaria.

CAPÍTULO II DO LEILÃO

Seção I Disposições Gerais

Art. 17. O leilão de mercadorias apreendidas será realizado na forma eletrônica, por meio do Sistema de Leilão Eletrônico, disponível no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC), e deverá observar as disposições da Lei de Licitações e Contratações, e o disposto nesta Portaria.

§ 1º O Sistema de Leilão Eletrônico é a ferramenta destinada à venda de mercadorias por meio de recursos de tecnologia da informação, que possibilita a recepção de lances à distância, em sessão pública, por meio da Internet, e que utiliza recursos de criptografia e de autenticação que garantem condições de segurança em todas as etapas do certame.

§ 2º A realização de leilão por outra forma ou meio deverá ser devidamente justificada pelo dirigente da unidade administrativa promotora do leilão e aprovada pelo Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal.

Seção II Do Procedimento de Licitação

Subseção I Disposições Gerais

Art. 18. O procedimento de licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente protocolizado, ao qual serão juntados oportunamente:

I - o ADM relativo ao leilão assinado pela autoridade competente;

II - a portaria de designação da comissão de licitação;

III - a aprovação da minuta de edital pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional (PRFN), salvo quando se tratar de minuta de edital padrão previamente aprovada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

IV - o edital;

V - o comprovante da publicação obrigatória e de outras publicações ou meios de divulgações, inclusive na Internet;

VI - os documentos exigidos do arrematante, conforme previsto no edital;

VII - a ata, os relatórios e as deliberações da comissão de licitação;

VIII - o despacho de anulação ou revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;

IX - o comprovante de pagamento dos lances vencedores, de despesas e tributos, quando exigíveis, e de entrega dos lotes;

X - os recursos ou representações eventualmente apresentados e as respectivas manifestações e decisões;

XI - os atos administrativos, incluindo mensagens de correio eletrônico, pareceres e despachos relativos à licitação, quando for o caso;

XII - o despacho de homologação da licitação; e

XIII - os demais documentos relativos à licitação.

Art. 19. Competem à comissão de licitação, permanente ou especial, a preparação do edital, a definição da clientela, pessoa física e pessoa jurídica, conforme a composição dos lotes, a realização do leilão e as demais atividades relacionadas ao certame, inclusive a verificação de anuências e a comunicação aos órgãos competentes conforme o tipo de mercadoria.

§ 1º A comissão a que se refere o caput será composta por servidores públicos em exercício na RFB, designada pelo dirigente da unidade administrativa promotora do leilão ou pelo Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal, e integrada por, no mínimo, 3 (três) membros.

§ 2º A investidura dos membros da comissão de licitação não excederá o prazo de 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade dos seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

Subseção II

Do Edital

Art. 20. O edital será assinado digitalmente pelo presidente da comissão de licitação, e dele deverá constar:

I - o número de ordem em série anual;

II - o nome da unidade administrativa promotora do leilão;

III - a modalidade, a clientela e a finalidade da licitação;

IV - a menção de que o leilão será regido pelo [Decreto-Lei nº 1.455, de 1976](#), pela Lei de Licitações e Contratações, no que couber, pela [Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011](#), por esta Portaria e pelas demais disposições da legislação pertinente;

V - o local, o dia e a hora de realização do leilão;

VI - a identificação da portaria de designação da comissão de licitação;

VII - a identificação do número do processo de destinação e do ADM que destinou as mercadorias a leilão;

VIII - as mercadorias, por lote, em descrição sucinta e clara com registro dos seguintes dados:

a) o número do lote;

b) a especificação e a quantidade das mercadorias;

c) o preço mínimo de arrematação do lote; e

d) outras informações relativas a particularidades do lote;

IX - o destino que o arrematante poderá dar às mercadorias e restrições, se for o caso;

X - a informação de que são de responsabilidade do arrematante as providências necessárias para garantir o adequado consumo, utilização, industrialização ou comercialização das mercadorias, na forma prevista na legislação pertinente, inclusive no que se refere ao cumprimento

das normas de saúde pública, meio ambiente, segurança pública ou outras, cabendo-lhe observar eventuais exigências relativas a análises, inspeções, autorizações, certificações e outras previstas em normas ou regulamentos;

XI - as condições de pagamento;

XII - o esclarecimento de que as mercadorias serão vendidas no estado em que se encontram;

XIII - a clientela, as condições para participação, a forma de apresentação das propostas e o prazo para retirada das mercadorias;

XIV - o critério para o lance vencedor, com disposições claras e parâmetros objetivos;

XV - o local, o dia e a hora em que serão expostas as mercadorias e fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação;

XVI - o local de afixação do edital;

XVII - as sanções;

XVIII - as instruções e normas para os recursos previstos;

XIX - a documentação exigida do arrematante; e

XX - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

Art. 21. O aviso contendo resumo do edital será publicado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias consecutivos antes do último dia previsto no próprio edital para recebimento das propostas:

I - no Diário Oficial da União;

II - em pelo menos um jornal diário de grande circulação no estado ou no Distrito Federal;
e

III - se houver, em jornal de circulação no município ou na região onde será realizado o evento.

§ 1º O aviso a que se refere o caput deverá conter:

I - o nome da unidade administrativa promotora do leilão e o número de ordem do edital;

II - o tipo das mercadorias;

III - o local, o dia e a hora da realização do leilão; e

IV - o local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação.

§ 2º Para ampliar a abrangência dos leilões, poderão ser utilizados, conforme o vulto da licitação, outros meios de divulgação.

§ 3º O edital deverá ser disponibilizado no sistema, para consulta pública, depois da última publicação obrigatória e antes do prazo nele previsto para o início do recebimento das propostas.

Subseção III Das Mercadorias

Art. 22. As mercadorias serão leiloadas pela comissão de licitação, em lotes, contendo 1 (uma) ou mais unidades.

§ 1º As mercadorias deverão ser agrupadas em lotes menores, sempre que possível e conveniente, para aumentar o alcance da licitação a maior número de pessoas físicas e jurídicas.

§ 2º Os lotes deverão ser identificados por tipo, no edital e no sistema, considerando-se lote de mesmo tipo aquele composto por mercadorias iguais ou similares, passíveis de designação genérica para sua identificação, a exemplo de vestuário, veículo, eletrônico ou informática.

§ 3º A participação simultânea de pessoas físicas e jurídicas na disputa por um mesmo lote será admitida, no edital e no sistema, quando o lote for composto por mercadorias cujas características e quantidades não revelem destinação comercial e sejam compatíveis com o uso e consumo.

§ 4º Poderá ser restringida, no edital e no sistema, em limite compatível com o seu uso ou consumo, a quantidade de lotes de mesmo tipo passível de arrematação por pessoa física.

§ 5º Deverão ser divulgadas imagens de lotes no sistema com o intuito de auxiliar na sua identificação.

§ 6º A divulgação de imagens poderá ser dispensada quando, em face das características das mercadorias, não afetar a formulação da proposta ou o lance, ou quando não for conveniente.

§ 7º As imagens dos lotes têm o intuito exclusivo de oferecer subsídios ao licitante para a visualização das mercadorias ofertadas, e não geram qualquer direito, indenização ou ressarcimento ao licitante.

Art. 23. Caberá à comissão de licitação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos anteriores à data da publicação do edital, a avaliação das mercadorias, de forma individual ou em lotes, para a fixação do preço mínimo de arrematação.

§ 1º O preço mínimo de arrematação do lote poderá ser inferior ou superior ao valor constante do respectivo processo administrativo fiscal, o qual será considerado apenas como indicativo, observados outros critérios de avaliação, tais como condições de mercado, estado de conservação, depreciação, obsolescência, entre outros, visando a resguardar o caráter competitivo do leilão.

§ 2º Poderão ser utilizados para subsidiar a avaliação, desde que justificados, os serviços de técnicos, empresas ou órgãos especializados, preferencialmente pertencentes à administração pública direta ou indireta.

Art. 24. As mercadorias serão leiloadas e entregues no estado em que se encontrarem, pressupondo, para o oferecimento de lance, o conhecimento das características e da situação dos bens, ou o risco consciente do arrematante.

Parágrafo único. A RFB não será responsável por qualquer modificação ou alteração que venha a ser constatada na constituição, na composição ou no funcionamento dos produtos licitados, de maneira que não caberá e não será acatada, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto a suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, procedência, especificação ou funcionamento.

Art. 25. Os lotes poderão ser examinados pelos licitantes, de modo presencial, nos prazos e condições previstos no edital, sem prejuízo do disposto no art. 24.

§ 1º A data final do prazo previsto no edital para exame presencial dos lotes pelos licitantes deverá ser anterior ao último dia previsto no próprio edital para recebimento das propostas.

§ 2º O exame presencial poderá ser substituído pelo modo virtual, mediante previsão expressa no edital e disponibilização de recursos compatíveis.

Art. 26. As despesas relativas à armazenagem incidentes sobre as mercadorias arrematadas, decorrentes de contratos celebrados entre a RFB e o depositário, poderão ser atribuídas ao arrematante conforme disposto no edital.

Subseção IV

Da Participação

Art. 27. A participação no leilão por pessoas físicas e pessoas jurídicas se dará por meio de acesso ao e-CAC, conforme previsto em edital.

Art. 28. Para fins de participação no leilão, considera-se:

I - pessoas jurídicas todas aquelas domiciliadas no Brasil, inclusive as equiparadas, obrigadas a inscrever-se no CNPJ, conforme regulamento da RFB; e

II - como um mesmo proponente a matriz e as filiais de uma pessoa jurídica.

Art. 29. A participação no leilão, em quaisquer de suas fases, implica responsabilidade legal do licitante e presunção de sua capacidade técnica para realização das operações e transações inerentes ao sistema, ainda que representado por intermédio de procurador.

Parágrafo Único. O licitante é formalmente responsável por todas as transações efetuadas em seu nome no sistema, incumbindo-lhe acompanhar as operações e observar avisos, erratas e demais informações que surgirem no decorrer do leilão, em todas as suas etapas, ficando responsável, ainda, pelo ônus decorrente de quaisquer perdas causadas pela não observância de mensagens emitidas no sistema ou por sua desconexão.

Art. 30. Não poderão participar do leilão agentes públicos, servidores ou não, que exerçam, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público na RFB, ou que possuam qualquer outro vínculo com a RFB.

Subseção V Das Propostas

Art. 31. A proposta de valor de compra para o lote deverá ser apresentada mediante registro eletrônico no sistema, antes da abertura da sessão pública e no prazo previsto no edital, sendo vedadas a apresentação de proposta por qualquer outro meio e a identificação dos proponentes.

§ 1º Somente poderão apresentar propostas os interessados que cumprirem os requisitos da legislação pertinente, desta Portaria e do edital.

§ 2º Cada proponente poderá apresentar uma única proposta por lote, podendo, sob sua exclusiva responsabilidade, alterá-la ou excluí-la até o final do prazo previsto no edital para o recebimento das propostas.

§ 3º O valor da proposta não poderá ser inferior ao preço mínimo de arrematação do lote previsto no edital.

§ 4º Os valores propostos serão de exclusiva responsabilidade do proponente, caso em que não lhe cabe o direito de, findo o prazo de recebimento das propostas, proceder e pleitear alterações ou exclusões sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro motivo.

§ 5º A data final para recebimento das propostas deverá ser anterior à data da abertura da sessão pública, e as horas referentes ao seu início e ao seu fim deverão ser inteiras.

Subseção VI Da Sessão Pública

Art. 32. A abertura da sessão pública se dará com a verificação da regularidade fiscal e da regularidade jurídica do licitante, esta mediante consulta à situação cadastral da pessoa jurídica e da pessoa física, além da verificação de eventuais impossibilidades decorrentes de restrição ao direito de participação em licitações.

Art. 33. Será desclassificada a proposta:

I - de proponente pessoa jurídica que:

a) na data fixada no edital para a abertura da sessão pública, não possua Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), emitidas previamente à referida data;

b) até o dia anterior à data fixada no edital para a abertura da sessão pública, esteja com a situação cadastral no CNPJ enquadrada como inapta, suspensa, nula ou baixada; ou

c) na data fixada no edital para a abertura da sessão pública, possua sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) da Controladoria-Geral da União (CGU) nos tipos previstos no edital; e

II - de proponente pessoa física que:

a) na data fixada no edital para a abertura da sessão pública, não possua CND ou CPEND, emitidas previamente à referida data;

b) até o dia anterior à data fixada no edital para a abertura da sessão pública, esteja com situação cadastral no CPF diferente de regular;

c) na data fixada no edital para a abertura da sessão pública, possua sanção registrada no Ceis da CGU nos tipos previstos no edital; ou

d) exerça, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público na RFB, ou que possua qualquer outro vínculo com o referido órgão.

Art. 34. Encerrados os procedimentos previstos nos arts. 32 e 33, o sistema ordenará, para cada lote, as propostas classificadas em ordem decrescente de valor.

Art. 35. Será considerado como lote não arrematado aquele para o qual não existir proposta classificada.

Art. 36. Caso haja mais de 1 (uma) proposta classificada para o mesmo lote, a sessão pública prosseguirá para a fase de lances.

§ 1º A comissão de licitação determinará o tempo para duração da fase de lances, que não será inferior a 1 (uma) hora se houver lotes em disputa, ao final do qual será iniciado, para cada lote, o período de encerramento aleatório definido pelo sistema, com duração de até 15 (quinze) minutos.

§ 2º Poderão ofertar lances, para cada lote, o proponente da maior proposta classificada e os proponentes das propostas classificadas com valor igual ou até 10% (dez por cento) inferior ao da maior proposta classificada para o lote.

§ 3º Caso não haja pelo menos 3 (três) proponentes cujas propostas sejam classificadas nas condições previstas no § 2º, prosseguirão para a fase de lances os proponentes que apresentarem as propostas classificadas de maior valor, até o máximo de 3 (três) proponentes.

§ 4º Caso haja propostas classificadas de igual valor nas condições previstas no § 3º, os seus proponentes também prosseguirão para a fase de lances.

§ 5º O valor inicial do lance de cada lote será o valor da maior proposta classificada para o lote, considerando-se esse valor como lance ofertado ao qual fica obrigado e vinculado o seu proponente.

§ 6º Caso haja empate no valor inicial do lance, o lote permanecerá na situação empatado até a oferta de lance.

§ 7º O licitante poderá ofertar lances, para os lotes abertos para lances, e será informado do seu recebimento e registro.

§ 8º As informações relativas ao valor do maior lance registrado por lote serão publicadas no sistema, vedada a identificação do licitante que o ofertou.

§ 9º O licitante poderá ofertar somente lances sucessivos de valor superior ao maior até então registrado no sistema para cada lote.

§ 10. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, caso em que será registrado no sistema apenas aquele que for recebido primeiro.

§ 11. O edital poderá estabelecer, na sucessão de lances, o valor mínimo a ser adicionado ao próximo lance, em relação ao último valor de lance registrado, observada a proporcionalidade e a razoabilidade entre a faixa de incremento e o preço mínimo de arrematação do lote.

§ 12. Na hipótese de desconexão da comissão de licitação ao sistema, no decorrer da fase de lances, caso o sistema permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 37. Será declarado vencedor o licitante que:

I - tiver apresentado a única proposta classificada para o lote;

II - tiver ofertado o maior lance para o lote até o fim do período de encerramento aleatório do lote; ou

III - não havendo lances para o lote:

a) tiver apresentado a proposta classificada de maior valor; ou

b) tiver sido sorteado eletronicamente, na hipótese de empate de propostas classificadas de maior valor, após a convocação, por meio de mensagem do sistema, de todos os licitantes para acompanhamento do sorteio eletrônico.

Art. 38. Encerrada a fase de lances, as informações relativas à arrematação de cada lote serão publicadas no sistema e a comissão de licitação adjudicará os lotes aos seus respectivos arrematantes.

Parágrafo único. Depois da adjudicação, o sistema emitirá mensagem com orientações sobre como acessar os documentos para pagamento do valor de arrematação.

Art. 39. A participação na sessão pública e eventual arrematação não dispensam novas verificações em outras fases do leilão, nem afastam a posterior conferência ou exigência de documentação comprobatória, inclusive para a entrega das mercadorias, e, na hipótese de descumprimento, poderão ser aplicadas as sanções previstas no edital.

Art. 40. Durante a sessão pública, será disponibilizado, no sistema, campo próprio para o envio de mensagens da comissão de licitação aos licitantes.

Art. 41. A sessão pública poderá ser suspensa pela comissão de licitação, desde que por fato superveniente devidamente justificado.

Parágrafo único. Na hipótese de suspensão durante a fase de lances, estará assegurado na reabertura, no mínimo, o mesmo tempo anteriormente definido pela comissão de licitação para a duração da fase de lances.

Art. 42. Encerrada a sessão pública, será lavrada ata circunstanciada, a ser assinada digitalmente pela comissão de licitação, na qual constarão os lotes vendidos, a identificação dos arrematantes e o histórico das atividades desenvolvidas durante a realização do leilão, em especial os fatos relevantes.

Art. 43. Se não for possível a realização do leilão na data fixada no edital para a abertura da sessão pública, esta ficará adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantido o horário para abertura da sessão para lances.

Subseção VII

Do Pagamento

Art. 44. O valor de arrematação deverá ser pago, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf):

I - integralmente até o primeiro dia útil subsequente à data de adjudicação; ou

II - quando previsto no edital:

a) em percentual não inferior a 20% (vinte por cento) do valor de arrematação até o primeiro dia útil subsequente à data de adjudicação, consubstanciando-se em sinal; e

b) o percentual restante de até 80% (oitenta por cento) do valor de arrematação no prazo de até 8 (oito) dias corridos, contado da data da adjudicação, consubstanciando-se em complemento.

§ 1º Na contagem do prazo para pagamento do complemento inclui-se a data da adjudicação.

§ 2º O pagamento do complemento deverá ser antecipado, na hipótese de o vencimento do prazo recair em dia não útil.

§ 3º O pagamento em atraso, quando admitido e na forma prevista no edital, implicará multa a título de mora.

§ 4º A ausência de pagamento do valor de arrematação, ou de qualquer parte deste, ensejará a perda dos valores eventualmente já pagos e do direito do recebimento do lote ou de qualquer parte dele, podendo ser aplicadas as sanções previstas no edital.

§ 5º Na hipótese prevista no § 4º, o respectivo lote poderá ser imediatamente alocado em outro leilão.

Subseção VIII Da Entrega

Art. 45. Como condição para a entrega do lote, deverão ser apresentados, além de outros documentos exigidos no edital:

I - no caso de arrematante pessoa física:

- a) documento de identidade e comprovante da situação cadastral regular no CPF;
- b) documento de emancipação, se for o caso; e
- c) CND ou CPEND; e

II - no caso de arrematante pessoa jurídica:

- a) comprovante de situação cadastral ativa no CNPJ;
- b) comprovante de que o arrematante é representante legal da empresa; e
- c) CND ou CPEND.

Art. 46. Depois de comprovado o efetivo pagamento do valor total de arrematação e dos tributos e das despesas porventura devidos, apresentados os documentos e realizadas as verificações nos sistemas informatizados, conforme previsto no edital, as mercadorias serão entregues ao arrematante no local onde estiverem armazenadas, acompanhadas da Guia de Licitação (GL).

Parágrafo único. A GL consiste no documento regularizador da situação fiscal das mercadorias arrematadas, e nela deverão constar suas características essenciais, e, sempre que possível, a discriminação da marca, modelo e outros elementos que as identifiquem.

Art. 47. As mercadorias não retiradas do recinto armazenador, pelo arrematante, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da adjudicação, serão declaradas abandonadas, conforme estabelece o inciso I do § 1º do art. 644 do [Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009](#), ficando disponíveis para nova destinação.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, ficam ressalvados os casos de força maior, de caso fortuito e de prazos e autorizações de prorrogação de prazos previstos no edital que resultem em mais de 30 (trinta) dias decorridos da adjudicação.

Art. 48. Poderá ser admitida a restituição da quantia arrecadada mediante Darf quando não for possível:

I - a entrega do lote, com a possibilidade de restituição integral do valor pago; ou

II - a entrega de uma parte das mercadorias que compõem o lote, com a possibilidade de restituição proporcional do valor pago, utilizando-se o valor contábil das mercadorias como critério para o cálculo da proporção do valor arrecadado a ser restituído ao arrematante.

Parágrafo único. Também poderá ser admitida a restituição da quantia arrecadada mediante Darf no caso de veículo registrado no país e alienado mediante leilão, quando for constatada irregularidade em sua identificação que impeça, definitivamente, a sua transferência ao arrematante, condicionando-se a aceitação da devolução do bem, se for o caso, à apresentação de documento que comprove o vício insanável, emitido por órgãos policiais, órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal ou, ainda, pessoas jurídicas por estes

habilitadas para a realização de vistoria de identificação veicular, sem prejuízo de outras exigências previstas no edital.

Art. 49. A restituição dependerá do requerimento do arrematante, da manifestação da comissão de licitação e do reconhecimento do correspondente direito creditório pelo dirigente da unidade administrativa promotora do leilão, sem prejuízo da devida apuração de eventuais responsabilidades e ação regressiva contra terceiros.

Art. 50. A restituição será efetuada conforme os critérios utilizados para a restituição de receitas da União arrecadadas mediante Darf, considerando-se como termo inicial para a valoração do crédito a data do pagamento integral, do sinal ou do complemento, de acordo com a parcela a ser restituída.

Art. 51. Na hipótese de decisão administrativa ou judicial que determine a restituição de mercadoria que houver sido leiloada, a indenização ao interessado de que trata o art. 30 do [Decreto-Lei nº 1.455, de 1976](#), será realizada mediante restituição da quantia estipulada na respectiva decisão.

Subseção IX

Do Leilão de Mercadorias Sujeitas a Laudo

Art. 52. Nos lotes destinados a pessoas jurídicas, quando previsto no edital, poderão ser repassadas ao arrematante as providências relativas a laudos, tais como análises, inspeções, autorizações, certificações e outras exigências previstas em normas ou regulamentos para uso, consumo ou comercialização das mercadorias arrematadas.

§ 1º Todas as providências e despesas relativas à obtenção de laudo serão de responsabilidade e encargo do arrematante, não cabendo à RFB quaisquer ônus ou responsabilidades.

§ 2º Caso haja previsão expressa no edital, será admitido pagamento de sinal, em valor não inferior a 5% (cinco por cento) do valor total de arrematação, para fins de entrega parcial das mercadorias necessárias à obtenção do laudo.

§ 3º Admitido o sinal a que se refere o § 2º, a complementação do pagamento do valor total de arrematação será efetuada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado da data da adjudicação, prorrogável uma única vez por igual período, mediante solicitação justificada por parte do arrematante e autorização do presidente da comissão de licitação, sendo aplicáveis todas as demais disposições previstas no art. 44.

§ 4º Mediante solicitação formal do arrematante, comprovado o efetivo pagamento do sinal a que se refere o § 2º ou do valor total de arrematação, o presidente da comissão de licitação autorizará a entrega parcial das mercadorias em quantidade suficiente para a obtenção de laudo, observado, quando admitido o sinal, que a quantidade não ultrapasse o valor proporcional pago.

§ 5º Como condição para a entrega das mercadorias, o arrematante deverá apresentar laudo emitido por órgãos oficiais ou entidades privadas, devidamente certificados, que comprove a possibilidade de uso, consumo ou comercialização das mercadorias.

§ 6º Na impossibilidade ou na inconveniência de uso, consumo ou comercialização das mercadorias, devidamente comprovada por laudo, caberá ao arrematante solicitar administrativamente a restituição do valor pago, nos termos dos arts. 48 a 50, sem prejuízo da devolução das mercadorias eventualmente retiradas para a obtenção de laudo e que não foram consumidas.

§ 7º A não apresentação do laudo no prazo previsto no edital ensejará a perda dos valores eventualmente pagos e do direito de recebimento do lote ou de qualquer parte dele, podendo ser aplicadas as sanções previstas no edital.

§ 8º Na hipótese prevista no § 7º:

I - o respectivo lote poderá ser imediatamente alocado em outra destinação; e

II - a comissão de licitação deverá encaminhar relatório, ao respectivo órgão de controle e fiscalização, em que conste informação sobre a amostra entregue e o nome do arrematante.

Subseção X

Do Leilão de Mercadorias para Exportação

Art. 53. As mercadorias apreendidas que devam ser destruídas ou inutilizadas poderão ser levadas a leilão para exportação, conforme previsto no edital, desde que a exportação seja permitida e haja restrição ou impossibilidade de uso, consumo ou comercialização das mercadorias no território nacional.

§ 1º Todas as providências e despesas relativas à exportação das mercadorias a que se refere o caput serão de responsabilidade e encargo do arrematante, ainda que o responsável pela Declaração Única de Exportação (DU-E) seja um terceiro, não cabendo à RFB quaisquer ônus ou responsabilidades.

§ 2º A critério da administração, poderá ser fixada como unidade de despacho aquela com jurisdição sobre o local de armazenagem das mercadorias.

§ 3º Como condição para a entrega das mercadorias, o arrematante deverá apresentar documentos que comprovem a vinculação do lote a sua exportação, conforme previsto no edital.

§ 4º Na impossibilidade, devidamente comprovada, de exportação do lote por motivos alheios à vontade do arrematante, caberá a este solicitar administrativamente a restituição do valor pago, nos termos dos arts. 48 a 50, sem prejuízo da devolução das mercadorias eventualmente retiradas.

Subseção XI

Do Leilão de Mercadorias para Destruição

Art. 54. As mercadorias apreendidas que devam ser destruídas ou inutilizadas poderão ser levadas a leilão para destruição, conforme previsto em edital.

§ 1º Todas as providências e despesas relativas à destruição ou inutilização das mercadorias a que se refere o caput serão de responsabilidade e encargo do arrematante, cabendo-lhe observar a legislação ambiental e a adequada destinação final de todo o resíduo gerado no procedimento, inclusive a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, quando houver, não cabendo à RFB quaisquer ônus ou responsabilidades.

§ 2º No ADM para leilão deverá constar a informação de que as mercadorias deverão ser destruídas ou inutilizadas pelo arrematante conforme previsto no edital, bem como a correspondente fundamentação legal para destruição ou inutilização.

§ 3º No edital e na relação de mercadorias anexa ao edital deverá constar a informação de que as mercadorias que compõem os lotes são destinadas à destruição ou inutilização.

§ 4º A destruição ou inutilização deverá ser efetuada, conforme agendamento definido pela RFB, por meio de procedimento que descaracterize os produtos, tornando-os impróprios para os fins a que se destinavam originalmente ou retirando a sua atratividade comercial, adotando-se, sempre que possível, métodos que possam resultar em resíduos cuja reutilização ou reciclagem seja economicamente viável.

§ 5º O arrematante deverá apresentar à comissão de destruição, antes do início dos procedimentos de destruição ou inutilização, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) aprovado pela autoridade municipal competente ou a licença ambiental de operação.

§ 6º Os procedimentos de destruição ou inutilização deverão ocorrer no local em que a mercadoria se encontra depositada, salvo se, mediante justificativa da comissão de destruição e desde que autorizado pelo presidente da comissão de licitação, o procedimento não possa ocorrer no referido local, em razão da natureza da mercadoria ou do seu resíduo, ou de outro motivo fundamentado.

§ 7º A comissão de destruição realizará o acompanhamento dos procedimentos de destruição ou inutilização, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 82, ressalvadas as seguintes

hipóteses:

I - a comissão de destruição, mediante justificativa aprovada pelo Delegado da Receita Federal do Brasil ou Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal, aceitar a apresentação de Certificado de Destinação Final de Resíduos (CDF) emitido por ente público ou privado, desde que o procedimento final de destruição ou inutilização tenha sido acompanhado por servidor ou empregado público em exercício na RFB e que este ateste o certificado emitido; ou

II - o Delegado da Receita Federal do Brasil ou o Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal dispensar o acompanhamento por servidor público ou empregado público em exercício na RFB, mediante o acompanhamento por entidade privada ou perito autônomo, credenciados pela RFB, conforme o disposto na norma que regula a prestação de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada, no que couber, e conforme dispuser o edital, observando-se que:

a) caberá ao Delegado da Receita Federal do Brasil da unidade que jurisdiciona o local onde se encontra a mercadoria solicitar a realização da perícia; e

b) a perícia deverá ser realizada mediante a adoção de cautelas similares à destruição sob controle aduaneiro para fins de extinção da aplicação do regime especial de admissão temporária.

§ 8º A comissão de destruição registrará em ata os procedimentos adotados, a quantidade da mercadoria, o local e a hora da destruição ou inutilização e a quantidade de resíduo.

§ 9º Como condição para a entrega dos resíduos, em qualquer hipótese, deverá ser atestada, pela comissão de destruição, a destruição ou inutilização das mercadorias constantes do respectivo lote.

§ 10. Em todas as vias da GL, deverá ser incluída a ressalva de que se trata de resíduo decorrente de destruição ou inutilização de mercadoria.

§ 11. Ao processo de licitação deverão ser anexados, conforme previsto no edital, os seguintes documentos:

I - portaria de designação da comissão de destruição;

II - ata, relatórios e deliberações da comissão de destruição;

III - PGRS ou licença ambiental de operação; e

IV - outros documentos exigidos do arrematante.

§ 12. Aplicam-se ao leilão para destruição, no que couber, os dispositivos que dispõem sobre a destruição ou inutilização de mercadorias constantes do Capítulo IV do Título III desta Portaria.

§ 13. O leilão para destruição não se aplica a produtos que:

I - em razão de sua natureza e do seu resíduo, não devam ser reciclados ou que demandem procedimentos especiais para reciclagem, tendo em vista significativo risco à saúde pública, ao meio ambiente ou à segurança pública;

II - por sua quantidade ou qualidade não revelem interesse comercial para reciclagem, conforme manifestação da comissão de licitação ou da comissão de destruição, aprovada pelo Delegado da Receita Federal do Brasil;

III - não devam ser levados a leilão desta natureza com fundamento em exame de conveniência, oportunidade e economicidade, realizado pelo Delegado da Receita Federal do Brasil e aprovado pelo Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal, tendo em vista a estimativa de despesa prevista para sua destruição; e

IV - sejam classificados como Resíduos Classe I - Perigosos, conforme consta da Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 10004:2004, os quais deverão

ser remetidos a pessoas jurídicas devidamente habilitadas pelo órgão ambiental competente a operarem com resíduos perigosos.

Subseção XII

Do Leilão de Veículos para Desmontagem

Art. 55. Os veículos automotores terrestres que não possam circular em vias públicas poderão ser levados à leilão para desmontagem, conforme previsto no edital, com arrematação restrita à pessoa jurídica devidamente registrada para a prática de atividade de desmontagem, nos termos da [Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014](#).

§ 1º A participação no leilão a que se refere o caput pressupõe o conhecimento e a observância da legislação que regula e disciplina a desmontagem de veículos automotores terrestres, bem como da legislação ambiental pertinente, cabendo ao arrematante fazer uso do bem ou destiná-lo em consonância com as normas vigentes.

§ 2º Como condição para a entrega do lote, o arrematante deve comprovar que se encontra com registro válido e em situação regular para a prática de atividades de desmontagem de veículos perante o órgão executivo de trânsito do seu respectivo Estado ou do Distrito Federal.

§ 3º Todas as providências, solicitações de serviços e despesas relativas à baixa do registro do veículo perante o órgão executivo de trânsito competente serão de responsabilidade e encargo do arrematante, não cabendo à RFB quaisquer ônus ou responsabilidades.

§ 4º O veículo destinado à desmontagem não poderá obter novo certificado de registro ou licenciamento.

Subseção XIII

Da Apresentação de Outros Elementos Identificadores

Art. 56. A responsabilidade pela informação de outros elementos identificadores das mercadorias arrematadas, quando previsto no edital, poderá ser repassada ao arrematante pessoa jurídica, desde que por motivo justificado e antes da entrega das mercadorias.

Parágrafo único. A informação poderá ser prestada pelo arrematante por meio de relatório a ser encaminhado à comissão de licitação, que, antes de autorizar a entrega das mercadorias, deverá validá-lo e anexá-lo a todas as vias da GL, nas quais deverá constar ressalva de que acompanha relação anexa identificadora das mercadorias.

Subseção XIV

Disposições Finais

Art. 57. Para fins de observância das normas aplicáveis ao leilão, considera-se a data da abertura da sessão pública como a data de realização do leilão.

Art. 58. A comissão de licitação poderá, para saneamento de omissões ou erros verificados, efetuar correções na descrição dos lotes por meio de erratas, desde que tais correções não ensejem alteração no preço mínimo de arrematação e sejam realizadas até o último dia do prazo previsto no edital para o recebimento das propostas.

Parágrafo único. Caberá exclusivamente ao licitante a responsabilidade de acompanhar eventuais publicações de erratas e avisos, não lhe assistindo o direito de pleitear posteriores alterações ou exclusões em suas propostas, sob alegação de desconhecimento do teor das referidas publicações.

Art. 59. A comissão de licitação poderá, por motivo justificado e a qualquer tempo, inclusive após a arrematação e antes da entrega da mercadoria, retirar do leilão qualquer lote.

Art. 60. O dirigente da unidade administrativa promotora do leilão:

I - poderá revogar, parcial ou totalmente, a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

II - deverá, de ofício ou por provocação de terceiros, anular a licitação, no todo ou em parte, por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Parágrafo único. Na hipótese de anulação, o arrematante não terá direito à restituição do valor pago, se houver, de qualquer forma, concorrido para a prática da ilegalidade.

Art. 61. Dos atos administrativos relacionados ao procedimento de licitação poderão ser interpostos os recursos previstos na Lei de Licitações e Contratações, na forma prevista no edital.

Art. 62. Os atos, arquivos e registros relacionados ao procedimento de licitação, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, deverão ser juntados ao processo de licitação e permanecer à disposição de auditorias interna e externa, com vistas à aferição de regularidade pelos órgãos de controle.

Art. 63. Concluído o procedimento de licitação, o dirigente da unidade administrativa promotora do leilão homologará o certame.

Art. 64. A utilização do leilão na forma presencial somente será admitida em caráter excepcional e deverá ser devidamente justificada pelo dirigente da unidade administrativa promotora do leilão e aprovada pelo Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal.

Parágrafo único. Aplicam-se ao leilão na forma presencial, no que couber, as normas previstas para a realização do leilão na forma eletrônica, e as seguintes disposições:

I - ao processo de licitação deverá ser anexada a portaria que designou o servidor para o apregoamento dos lotes;

II - no edital deverá constar a identificação da portaria que designou o servidor para o apregoamento dos lotes;

III - o aviso contendo o resumo do edital será publicado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de realização do leilão;

IV - a ata deverá ser assinada pelo servidor responsável pelo apregoamento dos lotes e também pelos licitantes que o desejarem;

V - o pagamento do valor total do lance ou do sinal deverá ser realizado na data da adjudicação, salvo previsão no edital que admita o pagamento até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da adjudicação;

VI - os documentos exigidos no edital deverão ser apresentados no ato da arrematação; e

VII - na hipótese de não arrematação ou de não apresentação, pelo arrematante, dos documentos exigidos no edital, o lote poderá ser novamente apregoado ao final do leilão, a critério da comissão de licitação, mantido o preço mínimo de arrematação do referido lote.

CAPÍTULO III DA INCORPORAÇÃO E DA DOAÇÃO

Seção I Disposições Gerais

Art. 65. Para os efeitos do disposto nesta Portaria, entende-se por incorporação e doação a transferência do direito de propriedade das mercadorias apreendidas que houverem sido destinadas, respectivamente, a órgãos administração pública e a OSC.

§ 1º Para fins de destinação por incorporação ou doação deverão ser observados critérios de proporcionalidade e razoabilidade relativos à quantidade e ao tipo do bem a ser destinado, à capacidade de sua utilização ou consumo, à natureza da atividade e à necessidade dos bens para consecução dos objetivos do beneficiário.

§ 2º Cabe ao beneficiário da incorporação ou doação a responsabilidade pela utilização ou consumo das mercadorias recebidas de modo a atender ao interesse público ou social.

Art. 66. A política de destinação por incorporação e doação será fixada pelo Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil, na área de sua jurisdição, observada a prioridade de destinação por alienação na modalidade leilão, bem como a oportunidade e conveniência, relativamente à escolha de outra forma de destinação, com a finalidade de otimizar o alcance dos objetivos referidos no art. 13.

Parágrafo único. A destinação das mercadorias abaixo relacionadas deverá contemplar preferencialmente os correspondentes beneficiários, sem prejuízo da possibilidade de atendimento a outros beneficiários ou a realização de leilão, desde que melhor atenda ao interesse público em cada caso:

I - medicamentos, materiais e equipamentos médico-hospitalares ou odontológicos a órgãos e entidades do Ministério da Saúde e das secretarias estaduais e municipais de saúde, a hospitais universitários de instituições públicas de ensino superior, ao Ministério da Defesa e seus órgãos e a hospitais sem fins lucrativos que prestem atendimento predominantemente por meio do Sistema Único de Saúde (SUS);

II - borracha natural, madeiras em estado bruto e animais silvestres ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ou a outros órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas de preservação ambiental;

III - materiais radioativos ou nucleares à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) ou a órgãos e instituições de pesquisa indicados pelo órgão fiscalizador e controlador da atividade nuclear no País, desde que atendam aos requisitos previstos nesta Portaria; e

IV - bens minerais em geral ou fósseis à Agência Nacional de Mineração (ANM) ou a órgãos e instituições de pesquisa por ela indicados.

Art. 67. O atendimento à solicitação de incorporação ou de doação de mercadorias, proveniente de órgãos da administração pública ou de OSC, deverá ser autorizado por autoridade competente.

§ 1º São autoridades competentes para autorizar o atendimento:

I - Secretário Especial da Receita Federal do Brasil;

II - Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil;

III - Subsecretário de Gestão Corporativa;

IV - Coordenador-Geral de Programação e Logística;

V - Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal; e

VI - servidor formalmente designado para apreciar solicitações de incorporação ou doação de mercadorias.

§ 2º A designação para apreciar solicitações de incorporação ou doação de mercadorias e autorizar o atendimento não inclui a competência para destinar mercadorias.

Art. 68. O atendimento à solicitação de incorporação ou de doação de mercadorias, autorizado por autoridade competente, observará a seguinte ordem de preferência:

I - unidades administrativas da RFB;

II - órgãos da Presidência da República e do Ministério da Economia;

III - a Polícia Federal (PF), o Departamento da Polícia Rodoviária Federal (DPRF), o Ministério da Defesa (MD), o Ministério Público da União (MPU), o Poder Judiciário Federal, as Secretarias de Segurança Pública (SSP) e outros órgãos da administração pública que contribuam com a RFB no cumprimento de suas atribuições, em especial no combate aos crimes de contrabando e descaminho; e

IV - demais órgãos da administração pública e OSC.

§ 1º As SRRF poderão definir os outros órgãos da administração pública a que se refere o inciso III do caput, bem como estabelecer preferências de atendimento no âmbito do grupo indicado

no inciso IV do caput.

§ 2º No âmbito de cada grupo identificado nos incisos de II a IV do caput, os atendimentos serão processados, preferencialmente, conforme critérios de anterioridade da autorização, atendimentos anteriores, promoção da cidadania fiscal, entre outros, devidamente motivados em cada caso.

§ 3º A adoção da ordem de preferência para início de atendimento e dos critérios previstos nos §§ 1º e 2º não poderá prejudicar destinações que se demonstrem eficazes para alcançar, mais rapidamente, os objetivos a que se refere o art. 13.

§ 4º O atendimento aos pedidos que forem autorizados pelo Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, pelo Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil, pelo Subsecretário de Gestão Corporativa ou pelo Coordenador-Geral de Programação e Logística terá precedência àqueles autorizados pelos Superintendentes Regionais da Receita Federal do Brasil ou por servidores por eles designados.

§ 5º Os órgãos da administração pública em situação de emergência ou em estado de calamidade pública com reconhecimento pelo Poder Executivo Federal terão precedência no atendimento.

Art. 69. Cabe às SRRF e às unidades administrativas que gerenciam mercadorias apreendidas:

I - manter o cadastro das solicitações autorizadas para atendimento que estejam sob sua responsabilidade, bem como separá-las e controlá-las, com o objetivo de elaborar propostas de destinação que observem as diretrizes estabelecidas nesta Portaria; e

II - verificar se os órgãos da administração pública ou as OSC atendem aos requisitos previstos na legislação para beneficiar-se da incorporação ou doação.

Art. 70. As mercadorias apreendidas em decorrência de inobservância ao disposto na [Lei nº 9.279, de 1996](#), excepcionalmente, observado o interesse público em cada caso, poderão ser incorporadas ou doadas, depois de destruída ou inutilizada a marca e com a preservação do produto, ou desde que autorizado pelo proprietário da marca, vedada posterior comercialização.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo às mercadorias assinaladas com marcas falsificadas, alteradas ou imitadas e outras características que impliquem violação à [Lei nº 9.279, de 1996](#), mesmo quando apreendidas com fundamento em outros dispositivos legais.

§ 2º Este artigo não se aplica às mercadorias sujeitas ao controle da vigilância sanitária, da defesa agropecuária, e a certificações, homologações, licenciamentos e autorizações compulsórios.

Art. 71. A incorporação ou doação de veículos ficará condicionada a emissão de termo de responsabilidade assinado pelo representante legal do órgão da administração pública ou da OSC, no qual conste:

I - compromisso do beneficiário quanto à adoção de todos os procedimentos necessários para fins de adequação do veículo à legislação de trânsito ou equivalente, especialmente a transferência de propriedade, registro, licenciamento, emissão de certificado ou, quando se tratar de veículo que não possa circular em via pública, a baixa do seu registro perante o órgão executivo de trânsito competente; e

II - manifestação de que o veículo pode ser utilizado pelo órgão de acordo com a legislação sobre a utilização de veículos oficiais a ele aplicável.

Art. 72. A não retirada da mercadoria incorporada ou doada, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de ciência do ADM, ensejará a revogação do ato, a critério da administração, ficando a mercadoria disponível para nova destinação.

Art. 73. As despesas relativas à armazenagem incidentes sobre as mercadorias apreendidas destinadas por incorporação e por doação, decorrentes de contratos celebrados entre a

RFB e o depositário, poderão ser atribuídas ao beneficiário a partir da data de assinatura do recebimento no ADM.

Seção II

Da Incorporação

Art. 74. A incorporação dependerá de solicitação formalizada pelo titular ou responsável pela gestão de material e patrimônio da Unidade Gestora interessada, que tenha sido autorizada nos termos do art. 67.

Art. 75. A autorização de atendimento a solicitação de bebidas alcoólicas para consumo humano dependerá de declaração do órgão interessado de que possui competências para realizar despesas de cerimonial.

Seção III

Da Doação

Art. 76. A doação dependerá de solicitação formalizada pelo representante legal da OSC interessada, que tenha sido autorizada nos termos do art. 67, e de formalização do processo administrativo instruído com seguintes documentos:

I - comprovante da investidura do dirigente que tenha assinado o pedido como representante legal da entidade;

II - comprovante de inscrição no CNPJ, emitido no site da RFB na Internet, que demonstre a situação cadastral ativa por, no mínimo, 3 (três) anos;

III - CND ou CPEND;

IV - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS);

V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e

VI - demonstração de que é regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, apresentando entre seus objetivos sociais pelo menos uma das finalidades previstas no art. 84-C da [Lei nº 13.019, de 31 julho de 2014](#).

§1º As entidades dedicadas à promoção da saúde, da educação e da assistência social terão preferência no atendimento, de acordo com a disponibilidade de mercadorias.

§2º O representante legal da entidade deverá apresentar declaração que consigne que:

I - os dirigentes têm ciência de que é vedada a participação da entidade em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas;

II - a entidade está regularmente constituída;

III - a entidade e seus dirigentes não tiveram as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; ou

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

IV - a entidade e seus dirigentes não se encontram punidos com as seguintes sanções:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; ou

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

V - a entidade não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e

VI - a entidade não tem entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas às parcerias de que trata a [Lei nº 13.019, de 2014](#), tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos previstos nos incisos I a III do art. 12 da [Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#).

Art. 77. As OSC poderão repassar as mercadorias recebidas a pessoas físicas, desde que a transferência não seja vedada no correspondente ADM, nas seguintes hipóteses:

I - distribuição gratuita em programas relacionados às finalidades da OSC; e

II - venda em feiras, bazares ou similares promovidos pelo beneficiário, restrito ao uso ou consumo da pessoa física adquirente, desde que os recursos auferidos sejam aplicados em programas relacionados às finalidades da OSC.

§ 1º As mercadorias destinadas a OSC que forem adquiridas por pessoa física em feiras, bazares ou similares não poderão ser utilizadas para venda no comércio, sob pena de sujeitarem-se às medidas e penalidades cabíveis na forma prevista na legislação pertinente.

§ 2º As OSC que repassarem as mercadorias recebidas a pessoas físicas por meio de feiras, bazares ou similares deverão emitir recibos, que deverão ser guardados à disposição das autoridades competentes por 2 (dois) anos, sob pena de exclusão do rol de instituições que podem ser beneficiadas com a destinação de mercadorias apreendidas, nos quais deverão constar:

I - a discriminação das mercadorias com indicação da respectiva quantidade;

II - a identificação dos adquirentes; e

III - a restrição prevista no § 1º.

§ 3º A entrega a OSC de mercadorias, que por suas características ou quantidade possam vir a ser vendidas em feiras, bazares ou similares, fica condicionada à ciência do disposto neste artigo mediante termo próprio assinado pelo seu representante legal.

Art. 78. É vedada a destinação de mercadorias apreendidas a OSC que conste como impedida ou inadimplente no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) ou no Ceis da CGU.

Seção IV

Disposições Especiais

Subseção I

Das Cautelas para Incorporação e Doação de Mercadorias Sujeitas ao Controle de Outros Órgãos

Art. 79. Na incorporação ou doação de mercadorias apreendidas sujeitas ao controle da vigilância sanitária, da defesa agropecuária, e a certificações, homologações, licenciamentos e autorizações compulsórios emitidos por outros órgãos, somente poderá ser procedida ou autorizada a entrega mediante a garantia da utilização ou do consumo desses produtos sem prejuízo ao meio-ambiente, à segurança ou à saúde pública.

§ 1º As mercadorias a que se refere o caput são aquelas relacionadas na legislação específica, tais como tais como produtos e insumos farmacêuticos, odontológicos, veterinários, médico-hospitalares, óticos e de acústica médica, medicamentos, produtos de higiene, cosméticos, perfumes, corantes, produtos dietéticos, nutrimentos, aditivos alimentares, vestuários e similares usados, inseticidas, raticidas, desinfetantes e detergentes, animais e vegetais e seus produtos e partes, bebidas, vinagres e insumos agropecuários e seus subprodutos, brinquedos, chupetas,

mamadeiras, isqueiros, fósforos de segurança, capacetes para motociclista, preservativos, fios e cabos elétricos, cabos de aço, rodas automotivas e pneus.

§ 2º A garantia de que trata o caput, sem prejuízo da adoção de outras cautelas que se fizerem necessárias, poderá ser constituída mediante termo firmado pelo representante legal do órgão da administração pública ou da OSC beneficiária, no qual este manifeste, em conformidade ao disposto no § 8º do art. 29 do [Decreto-Lei nº 1.455, de 1976](#):

I - a responsabilidade de observar a legislação atinente à matéria no que diz respeito à utilização, ao consumo, à industrialização ou à comercialização da mercadoria recebida, inclusive no que se refere ao cumprimento das normas de saúde pública, meio ambiente, segurança pública ou outras; e

II - a responsabilidade de cumprir eventuais exigências de caráter legal ou normativo relativas a análises, inspeções, certificações, licenciamentos e autorizações, sujeitando-se à fiscalização dos respectivos órgãos de controle.

§ 3º O disposto neste artigo não exclui a possibilidade de destruição ou inutilização de mercadorias quando esse procedimento melhor atender ao interesse público, segundo avaliação da sua legalidade, conveniência, oportunidade e razoabilidade.

Subseção II

Das Restrições em Ano Eleitoral

Art. 80. Fica vedada:

I - no ano de realização da eleição:

a) a destinação, na forma de doação, a OSC; e

b) a destinação, na forma de incorporação, para distribuição gratuita à população;

II - nos 3 (três) meses que antecedem o pleito eleitoral, a destinação na forma de incorporação, a órgãos da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal; e

III - a entrega de mercadorias apreendidas aos beneficiários nos períodos indicados nos incisos I e II.

Parágrafo único. Excetua-se ao disposto no caput o atendimento a órgãos da administração pública em situação de emergência ou em estado de calamidade pública com reconhecimento pelo Poder Executivo Federal.

CAPÍTULO IV

DA DESTRUIÇÃO OU INUTILIZAÇÃO

Art. 81. O procedimento de destruição ou inutilização iniciar-se-á com proposta do setor competente, na qual constem o fundamento legal, a descrição dos bens, a justificativa do procedimento e a autorização do Delegado da Receita Federal do Brasil que gerencia as mercadorias apreendidas ou do Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal, conforme o caso, devendo ser formalizado processo administrativo ao qual serão juntados:

I - na hipótese prevista na alínea "d" do inciso III do art. 14, manifestação acerca da inviabilidade ou inconveniência da obtenção de laudo;

II - na hipótese prevista na alínea "a" do inciso IV do art. 14, comprovante de que a mercadoria foi colocada em leilão, no mínimo, por 2 (duas) vezes e não alienada; e

III - na hipótese prevista na alínea "c" do inciso IV do art. 14, motivação do Delegado da Receita Federal do Brasil ou do Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal acerca da conveniência e da oportunidade da destruição, em cada caso, frente à possibilidade de atribuir outra forma de destinação às mercadorias.

Parágrafo único. São hipóteses que, conjunta ou isoladamente, poderão embasar a motivação de que trata o inciso III do caput:

I - o baixo valor agregado, o tipo, a quantidade, o volume e a qualidade das mercadorias;

II - a ocupação dos recintos armazenadores;

III - os custos de armazenagem e da administração das mercadorias;

IV - a proteção ao meio-ambiente, os riscos à saúde e à segurança pública; e

V - as exigências relativas a análises, inspeções, autorizações, certificações e outras previstas em normas ou regulamentos.

Art. 82. A destruição ou inutilização de bens será acompanhada por comissão própria, designada pelo Delegado da Receita Federal do Brasil responsável por gerenciar as mercadorias apreendidas ou pelo Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal, composta por servidores ou empregados públicos em exercício na RFB e integrada por, no mínimo, 3 (três) membros, excetuados os responsáveis pelo controle físico, pela elaboração da proposta de ADM e pelo registro de saída no CTMA relacionados às mercadorias objeto de destruição.

§ 1º A critério da comissão de destruição, o acompanhamento de que trata este artigo poderá ser realizado por uma parte de seus membros, especialmente quando for necessário deslocamento a serviço ou quando o procedimento não puder ser finalizado em um mesmo dia, observado, no acompanhamento, o revezamento entre os membros em cada deslocamento ou em cada dia.

§ 2º O Delegado da Receita Federal do Brasil ou Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal poderá dispensar o acompanhamento previsto no caput, desde que:

I - o procedimento seja executado por órgão da administração pública, empresa contratada pela RFB para prestar serviços desta natureza ou por pessoa física ou jurídica de direito privado doadora desses serviços nos termos do [Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019](#); e

II - qualquer dos executores elencados no inciso I se responsabilize pela destinação ou pela disposição ambiental adequada do resíduo e do rejeito, mediante a emissão do correspondente CDF, o qual deverá ser atestado pela comissão de destruição.

Art. 83. As unidades administrativas da RFB poderão contratar, estabelecer parcerias, convênios ou outros acordos e ajustes que tenham como objetivo a destruição ou inutilização das mercadorias apreendidas, observados, conforme o caso, as formalidades necessárias, o disposto na Lei de Licitações e Contratações, no [Decreto nº 9.764, de 2019](#), e na legislação ambiental aplicável.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, a comissão de destruição, mediante justificativa aprovada pela autoridade que autorizou a destruição, poderá aceitar a apresentação de CDF emitido por ente público ou privado, desde que:

I - o procedimento final de destruição ou inutilização tenha sido acompanhado por servidor ou empregado público em exercício na RFB e que este ateste o certificado emitido; ou

II - o acompanhamento tenha sido dispensado conforme previsto no § 2º do art. 82.

Art. 84. As mercadorias que devam ser destinadas à destruição poderão ser ofertadas em leilão para exportação ou em leilão para destruição.

Art. 85. A destruição ou inutilização deverá ser efetuada por meio de procedimento que descaracterize as mercadorias apreendidas, tornando-as impróprias para os fins a que se destinavam originalmente ou retirando a sua atratividade comercial.

§ 1º No procedimento a que se refere o caput, sempre que possível, deverão ser adotados métodos que possam resultar em resíduos cuja reutilização ou reciclagem seja economicamente viável.

§ 2º O resíduo resultante da destruição ou inutilização realizada na forma prevista no § 1º poderá ser destinado a leilão ou mediante doação aos órgãos da administração pública referidos no inciso II do art. 14, às associações e cooperativas de catadores de materiais que atendam aos

requisitos previstos no [Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022](#), ou às OSC que preencham os requisitos para beneficiar-se da doação de mercadorias apreendidas, devendo constar do processo de destruição, em qualquer caso, termo de compromisso quanto à destinação final ambientalmente adequada do resíduo, observadas as seguintes condições:

I - o leilão do resíduo resultante de destruição ou inutilização, quando esta for promovida pela RFB, será efetivado conforme estabelecido no Capítulo II do Título III, mediante a prévia contabilização dos correspondentes itens no CTMA por meio de TGE; ou

II - a doação do resíduo resultante da destruição ou inutilização será formalizada mediante termo de doação lavrado pela comissão de destruição, devendo constar do processo de destruição a declaração simplificada do beneficiário na qual conste a aceitação do recebimento do resíduo e, tratando-se de OSC, a documentação de que trata o art. 76 desta Portaria, ou, quando se tratar de associações e cooperativas de catadores de produtos recicláveis, a comprovação quanto ao atendimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 40 do [Decreto nº 10.936, de 2022](#).

§ 3º A doação de resíduos para fins de reutilização ou reciclagem deverá contemplar, preferencialmente, órgãos da administração pública e entidades que auxiliem a RFB nos procedimentos de destruição ou inutilização.

§ 4º Os demais resíduos de destruição ou inutilização, ou os rejeitos gerados, deverão ser encaminhados para disposição final ambientalmente adequada, mediante:

I - entrega ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos; ou

II - distribuição ordenada em aterros devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes e adequados à classificação do resíduo.

§ 5º Caberá à comissão de destruição adotar as cautelas necessárias de segurança, observar a legislação ambiental vigente e registrar em ata circunstanciada os procedimentos adotados, a quantidade, o local, a hora da destruição ou da inutilização, a existência de resíduo, rejeitos e a sua destinação.

§ 6º Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, às partes, peças e componentes reutilizáveis previamente destacados do bem que será levado à destruição ou inutilização.

§ 7º São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos, exceto nas bacias de decantação de resíduos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente;

II - lançamento in natura a céu aberto;

III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade, exceto quando decretada emergência sanitária e acompanhada pelos órgãos competentes; e

IV - outras formas vedadas pela legislação ambiental.

§ 8º Não se aplica o disposto nos §§ 2º e 3º aos produtos e resíduos de destruição classificados como Resíduos Classe I - Perigosos, conforme Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 10004:2004, os quais deverão ser remetidos a pessoas jurídicas devidamente habilitadas pelo órgão ambiental competente a operar com resíduos perigosos.

Art. 86. Deverá ser precedida de retirada de amostra a destruição ou inutilização de mercadorias apreendidas que se enquadrem em uma das seguintes situações:

I - com indícios de violação ao direito autoral;

II - destinadas a fins terapêuticos ou medicinais sobre as quais recaia suspeita de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração;

III - identificadas como agrotóxicos, seus componentes e afins, que descumpram as exigências estabelecidas na legislação pertinente; e

IV - objeto de outros ilícitos penais, quando houver requerimento do Ministério Público.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos casos em que as mercadorias tenham sido objeto de exame pericial realizado pelo órgão competente.

§ 2º As amostras serão retiradas de cada item de apreensão a ser destruído, mantida a referência ao respectivo processo administrativo fiscal, no montante suficiente para que sejam caracterizados, em eventual necessidade de exame pericial, os ilícitos penais relativos a:

I - violação a direito autoral;

II - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais;

III - produção, comercialização, transporte ou destinação de resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, em descumprimento às exigências estabelecidas na legislação pertinente; e

IV - outros ilícitos penais, quando houver requerimento do Ministério Público.

§ 3º Sempre que possível, a unidade administrativa da RFB deverá adotar providências para que o procedimento de que trata o § 2º e a guarda das amostras sejam realizados pela polícia judiciária responsável pela confecção de laudo pericial.

§ 4º As amostras que permanecerem sob a responsabilidade da RFB deverão ser guardadas pelo prazo de 90 (noventa) dias, ou por prazo eventualmente maior decorrente da informação de que trata o § 5º, sem prejuízo de serem levadas à destruição após esse prazo, salvo se houver determinação judicial ou requerimento do Ministério Público para entrega à polícia judiciária ou para transferência ao depósito do Poder Judiciário.

§ 5º Por ocasião da remessa dos autos da representação fiscal para fins penais ao Ministério Público Federal, relativa a processo administrativo fiscal em que se aplicou a pena de perdimento de mercadorias, a unidade administrativa da RFB deverá, quando ausente o laudo pericial, informar que serão preservadas amostras dos produtos pelo prazo de 90 (noventa) dias, findo o qual serão destruídas, salvo se houver determinação judicial ou requerimento do Ministério Público para entrega à polícia judiciária ou para transferência ao depósito do Poder Judiciário.

§ 6º No caso de agrotóxicos, seus componentes e afins, admite-se também que, após a retirada de amostras, os itens restantes sejam destinados, para utilização ambientalmente adequada, às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e ao Ministério do Meio Ambiente ou às secretarias estaduais do meio-ambiente, para consecução de seus objetivos e atribuições legais.

CAPÍTULO V DOS VEÍCULOS

Art. 87. Para fins do disposto nesta Portaria, considera-se veículos os materiais de transporte autopropulsados e tripulados constantes da Seção XVII da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Art. 88. Os veículos terrestres que não possam circular em vias públicas poderão ser destinados para fins de desmontagem, com possível reaproveitamento de peças ou não, conforme estabelecer a legislação de trânsito aplicável.

Parágrafo único. As providências para avaliação de veículos para fins de determinação da impossibilidade de circular em vias públicas, quando necessária, caberá à comissão designada pelo Delegado da Receita Federal do Brasil responsável por gerenciar mercadorias apreendidas ou pelo Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal.

Seção I Do Comprovante do Perdimento

Art. 89. Fica aprovado o modelo de documento constante do Anexo Único desta Portaria, denominado Comprovante da Decisão que Aplica a Pena de Perdimento de Veículo em favor da União (Compev), a ser utilizado perante as entidades públicas ou privadas responsáveis pela adoção das providências necessárias ao cumprimento do disposto nos §§ 6º e 7º do art. 29 do [Decreto-Lei nº 1.455, de 1976](#), sem prejuízo dos atos e procedimentos adotados no âmbito do respectivo processo administrativo fiscal.

Art. 90. O Compev subsidiará a solicitação do adquirente em licitação ou do beneficiário da destinação perante os órgãos e entidades executivos de trânsito, as secretarias de fazenda, finanças e tributação ou outra entidade, pública ou privada, dos seguintes serviços:

I - liberação de multas, gravames, encargos, débitos fiscais e outras restrições financeiras e administrativas anteriores à data da decisão que aplica a pena de perdimento do veículo em favor da União; e

II - expedição de novo certificado de registro do veículo e de novo certificado de registro e licenciamento de veículo:

a) em favor do adquirente em licitação, na modalidade leilão promovido pela RFB, mediante a apresentação da correspondente GL que comprove a arrematação do veículo; ou

b) em favor do beneficiário da destinação, mediante a apresentação do correspondente ADM que comprove a destinação na forma de incorporação ou doação do veículo, respectivamente, a órgão da administração pública ou a OSC.

Art. 91. O Compev será assinado por autoridade competente para aplicação de pena de perdimento de veículo em favor da União.

Parágrafo único. O Compev será entregue ao adquirente em licitação ou ao beneficiário da destinação ou, ainda, a terceiro formalmente autorizado por estes para recebimento do veículo, que deverá registrar o recebimento.

Seção II

Do Registro de Restrição no Renavam

Art. 92. As informações relativas à apreensão, à aplicação da pena de perdimento e à destinação de veículo emplacado no Brasil deverão ser inseridas no respectivo cadastro do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), mediante o registro de restrição indicativa do correspondente procedimento no sistema "Restrições RFB" do Departamento Nacional de Trânsito.

Parágrafo único. A restrição deverá ser registrada na data da ocorrência do procedimento pela respectiva área responsável.

Art. 93. No registro da restrição referente à apreensão deverá ser informada a data da apreensão do veículo, conforme consta do documento que formaliza o procedimento fiscal.

Parágrafo único. A critério da unidade administrativa responsável pelo preparo e julgamento do correspondente processo administrativo fiscal, poderá ser informada a data da retenção do veículo, com a posterior alteração dessa data assim que formalizada a apreensão.

Art. 94. No registro da restrição referente à aplicação da pena de perdimento deverão ser informados:

I - o número do processo administrativo fiscal;

II - a data da aplicação da pena de perdimento; e

III - a identificação e a data do laudo de vistoria ou do laudo pericial, quando for necessária sua emissão, com o objetivo de identificar ou assegurar a correta identificação do veículo apreendido e a legitimidade de sua propriedade no cadastro do Renavam.

Art. 95. No registro da restrição referente à destinação deverão ser informados:

I - na hipótese de leilão, incorporação ou doação:

a) a identificação e a data do documento de destinação;

b) a data da entrega do veículo ao destinatário;

c) a situação do veículo, se destinado para circulação ou para sucata;

d) a identificação do destinatário, assim compreendido o número de inscrição no CNPJ do beneficiário da doação ou da incorporação, ou o número de inscrição no CNPJ ou no CPF do arrematante em leilão; e

e) o endereço do destinatário; e

II - na hipótese de destruição ou inutilização de veículo promovida pela RFB:

a) o número do processo de destruição;

b) o número do termo de destruição;

c) a data de destruição;

d) o número de inscrição no CPF do responsável pela solicitação de baixa do veículo; e

e) o número e a data do ofício.

Parágrafo único. O registro de restrição em data posterior à entrega de veículo destinado somente poderá ocorrer para atendimento à situação excepcional e mediante a confirmação no Renavam de que a propriedade ainda não foi transferida ao adquirente em licitação ou ao beneficiário da destinação.

Art. 96. Caso haja motivo que fundamente a exclusão do registro da restrição, esta deverá ser imediatamente cancelada mediante a devida justificativa.

CAPÍTULO VI DAS COMPETÊNCIAS

Art. 97. São competentes para destinar mercadorias apreendidas:

I - o Secretário Especial da Receita Federal do Brasil;

II - o Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil;

III - o Subsecretário de Gestão Corporativa e o Coordenador-Geral de Programação e Logística, observado, no caso de incorporação ou doação de veículo, o valor unitário máximo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

IV - os Superintendentes Regionais da Receita Federal do Brasil, observados, no caso de incorporação ou doação de veículo, o disposto no art. 98 e o seguinte:

a) o valor unitário máximo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no caso de veículos do tipo ônibus, caminhão, trator, embarcação e aeronave; e

b) o valor unitário máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso dos demais tipos de veículos.

V - os Delegados da Receita Federal do Brasil das unidades administrativas que gerenciam mercadorias, observados, no caso de incorporação ou doação de mercadorias, o disposto no art. 99 e o valor unitário máximo de R\$ 1.000,00 (mil reais).

§ 1º As competências de que trata este artigo não poderão ser subdelegadas, salvo a competência dos Superintendentes Regionais da Receita Federal do Brasil, que poderá ser objeto de subdelegação para um dos Superintendentes-Adjuntos.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, o valor unitário do veículo será aquele constante do respectivo processo administrativo fiscal, e não será considerado veículo aquele que não possa circular em vias públicas, nos termos do art. 88.

§ 3º As autoridades de que trata este artigo poderão retornar à disponibilidade as mercadorias destinadas que não tenham sido entregues ao beneficiário, independentemente da autoridade signatária do ADM.

Art. 98. A destinação de mercadorias pelos Superintendentes Regionais da Receita Federal do Brasil, no caso de incorporação ou doação, observará os seguintes limites:

I - 30 (trinta) veículos por CNPJ beneficiário no intervalo de 12 (doze) meses, quando se tratar de incorporação a órgãos da administração pública federal e estadual ou do Distrito Federal;

II - 10 (dez) veículos por CNPJ beneficiário no intervalo de 12 (doze) meses, quando se tratar de incorporação a órgãos da administração pública municipal ou doação à OSC; e

III - R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), no caso de doação à OSC, por CNPJ beneficiário no intervalo de 12 (doze) meses, exceto por conveniência e oportunidade quando se tratar de entidade de notória reputação e atuação social, mediante juntada de justificativa ao correspondente processo de destinação.

Art. 99. A destinação de mercadorias pelos Delegados da Receita Federal do Brasil, no caso de incorporação ou doação, observará o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por CNPJ beneficiário no intervalo de 12 (doze) meses.

Parágrafo único. O valor máximo unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) de que trata o inciso V do art. 97 e o limite de que trata o caput deste artigo não se aplicam às seguintes incorporações e doações:

I - mercadorias perecíveis a órgãos da administração pública ou a OSC quando forem de fácil deterioração, assim compreendidos os gêneros alimentícios e outros cujas constituições intrínsecas possam torná-los, em decorrência de curto prazo de validade ou condições impróprias de armazenamento, imprestáveis para a utilização original;

II - semoventes e bens que exijam condições especiais de armazenamento a órgãos da administração pública, tais como os produtos inflamáveis e outros, na hipótese de riscos ao meio ambiente, à saúde ou segurança dos responsáveis por sua guarda, movimentação ou manuseio;

III - armas, munições, explosivos e outros Produtos Controlados pelo Exército (PCE), na forma prevista na legislação específica; e

IV - bens de valor cultural, artístico ou histórico ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), nos termos da [Lei nº 12.840, de 9 de julho de 2013](#).

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS


Art. 100. Na destinação de mercadorias apreendidas de que trata esta Portaria deverá ser observada a legislação que dê tratamento próprio a bens com características especiais, tais como PCE, conforme regulamentado pelo Comando do Exército, mercadorias com indícios de valor cultural, artístico ou histórico, nos termos da [Lei nº 12.840, de 2013](#), e veículos movidos à diesel, nos termos da Portaria DNC nº 23, de 6 de junho de 1994.

Art. 101. É vedada a divulgação ao público externo de informações relativas aos estoques de mercadorias apreendidas, salvo quando autorizada pelo Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil, pelo Subsecretário de Gestão Corporativa, pelo Coordenador-Geral de Programação e Logística, pelos Superintendentes Regionais da Receita Federal do Brasil, pelos Chefes de Divisão de Programação e Logística ou pelos Delegados da Receita Federal do Brasil que gerenciam mercadorias apreendidas, no que se refere aos estoques das respectivas jurisdições.

Art. 102. A Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol) poderá detalhar e estabelecer procedimentos complementares relativos à administração e à destinação das mercadorias apreendidas.

Art. 103. Às licitações em andamento na data da publicação desta Portaria, continuam sendo aplicáveis as normas constantes dos respectivos editais.

Art. 104. Ficam revogadas:

I - a Portaria RFB nº 2.264, de 21 de setembro de 2009; 

- II - a Portaria RFB nº 1.711, de 24 de setembro de 2010; 
- III - a Portaria RFB nº 2.206, de 11 de novembro de 2010; 
- IV - a Portaria RFB nº 3.010, de 29 de junho de 2011; 
- V - a Portaria RFB nº 2.347, de 8 de novembro de 2012; 
- VI - a Portaria RFB nº 458, de 11 de abril de 2013; 
- VII - a Portaria RFB nº 653, de 23 de maio de 2013; 
- VIII - a Portaria RFB nº 750, de 17 de junho de 2013; 
- IX - a Portaria RFB nº 1.443, de 10 de outubro de 2013; 
- X - a Portaria RFB nº 707, de 17 de fevereiro de 2014; 
- XI - a Portaria RFB nº 1.402, de 29 de julho de 2014; 
- XII - a Portaria RFB nº 1.585, de 29 de agosto de 2014; 
- XIII - a Portaria RFB nº 1.827, de 21 de outubro de 2014; 
- XIV - a Portaria RFB nº 1.308, de 21 de setembro de 2015; 
- XV - a Portaria RFB nº 78, de 18 de janeiro de 2016; 
- XVI - a Portaria RFB nº 1.284, de 25 de agosto de 2016; 
- XVII - a Portaria RFB nº 334, de 14 de março de 2017; 
- XVIII - a Portaria RFB nº 29, de 5 de janeiro de 2018; 
- XIX - a Portaria RFB nº 59, de 30 de janeiro de 2019; e 
- XX - a Portaria RFB nº 225, de 7 de fevereiro de 2019. 

Art. 105. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

ANEXO ÚNICO

Comprovante da Decisão que Aplica a Pena de Perdimento de Veículo em favor da União (Compev)

Nos termos dos arts. 78 a 80 da Portaria RFB nº [número], de [dia] de [mês] de 2022, o presente Compev faz prova da decisão que aplica a pena de perdimento de veículo em favor da União, com fundamento nos art. 24 do [Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976](#), nos incisos I a VI do art. 104 do [Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966](#), e no art. 688 do [Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009](#), ou no § 4º do art. 75 da [Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003](#), e de acordo com o que consta nos autos do processo administrativo fiscal nº [número do processo administrativo de aplicação de pena de perdimento], formalizado no âmbito da [unidade administrativa da RFB].

Para fins de expedição de novos certificados de registro e licenciamento do veículo em favor de adquirente em licitação ou de beneficiário da destinação, ou para liberação de multas, gravames, encargos, débitos fiscais e outras restrições financeiras e administrativas anteriores à data da aplicação da pena de perdimento, em atendimento ao disposto nos §§ 6º e 7º do art. 29 do [Decreto-Lei nº 1.455, de 1976](#), relaciona-se, abaixo, as informações relativas à apreensão, à aplicação da penalidade, ao veículo e ao adquirente ou ao beneficiário.

Data da apreensão (prática da infração punida com o perdimento): [data da apreensão]
Data da decisão que aplicou a pena de perdimento em favor da União: [data da decisão]
Chassi: [número do chassi]
Placa: [placa]
RENAVAM: [número do Renavam]
Marca/Modelo: [marca e modelo do veículo]
Tipo: [tipo do veículo]
Ano de fabricação: [ano de fabricação do veículo]
CNPJ/CPF do adquirente em licitação: [CNPJ/CPF do arrematante]
Nº da Guia de Licitação: [número da GL]
CNPJ do beneficiário da destinação: [CNPJ do beneficiário]
Nº do Ato de Destinação de Mercadorias Apreendidas - ADM: [número do ADM]
Assinatura
NOME DO DELEGADO
[unidade administrativa da RFB]

*Este texto não substitui o publicado oficialmente.

Anexo II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Superintendência Regional da Receita Federal da 4ª Região Fiscal
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/200..., publicada no de/...../200..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor	
				Unitário	Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Superintendência Regional da Receita Federal da 4ª Região Fiscal.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura do responsável pelo Órgão Gerenciador, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO III

TERMO DE CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E A EMPRESA
.....

A União, Autarquia ou Fundação, por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de destinação final de mercadorias, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor	
				Unitário	Total

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse

das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:	
Fonte:	
Programa de Trabalho:	
Natureza de Despesa:	
Subitem de natureza de despesa:	
Pl:	

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Pernambuco - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 20....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RENÚNCIA

Nome da empresa:

CNPJ nº

Endereço:.....

Fone:.....

E-mail:.....

Declaro que vistoriei minuciosamente os locais para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital de Licitação Pregão Eletrônico **SRRF04 nº ____/2023**, e tomei conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletei informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial.

ou

Optamos pela não realização de vistoria, assumindo inteira responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta comercial processo licitatório de **Pregão Eletrônico SRRF04 nº ____/2022** em nome da empresa que represento, mas declaro ter conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

.....de.....de 2023

.

Visto do representante legal ou procurador da empresa

Carteira de Identidade:.....Órgão Expedidor:.....

Obs. Enviar preenchido e assinado com cópia autenticada da procuração, se for o caso.